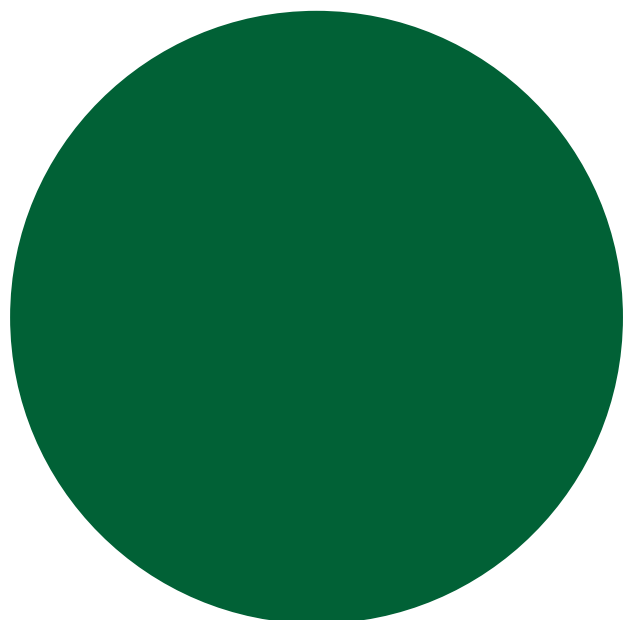
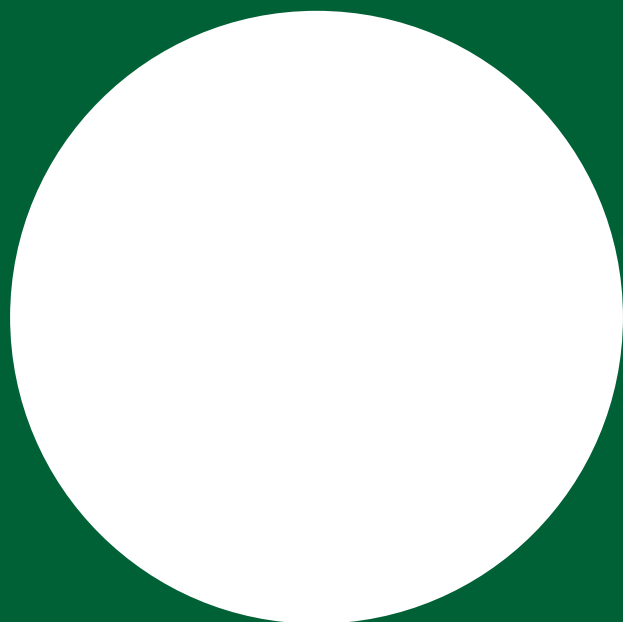


RELATÓRIO E CONTAS 2025

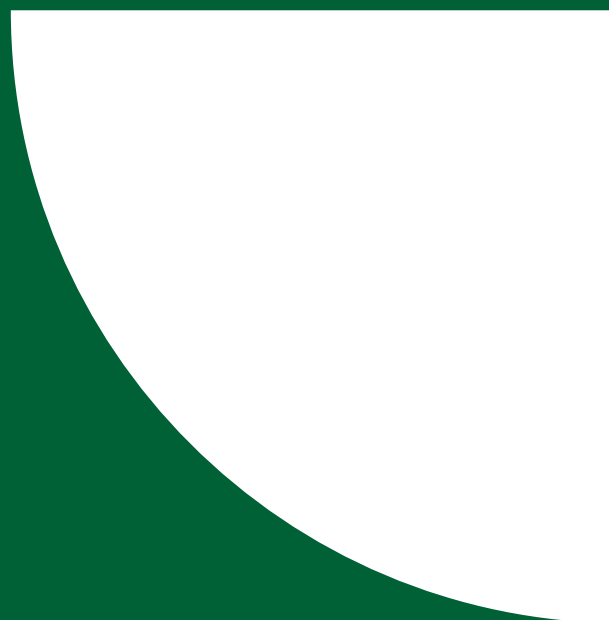
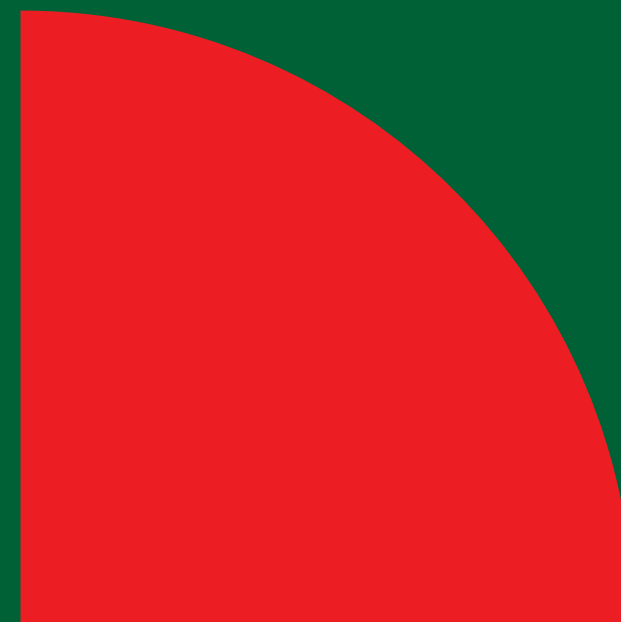


Conteúdo

1. Mensagem do Conselho de Administração	3	3. Enquadramento da Gestão de Risco	18
2. Enquadramento da actividade	7	3.1. Sistema de Gestão de Risco	19
2.1. Principais Indicadores Financeiros	8	4. Enquadramento Macroeconómico	21
2.2. Introdução da conjuntura operacional	9	4.1. Economia Global	22
2.3. Plano Estratégico	10	4.2. Economia Nacional	23
2.4. Parcerias Estratégicas	11	5. Proposta de Aplicação de Resultados	27
2.5. Estrutura Organizativa	12	6. Relatório do Auditor Independente	29
2.6. Estrutura accionista	14	7. Demonstrações Financeiras	32
2.7. Propósito, Visão, Missão e Valores	15		
2.8. Ética e Cultura organizacionais	15		
2.9. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	15		
2.10. Capital Humano	16		
2.11. Estratégia de Produtos e Definição de Preços	16		
2.12. Estratégia de Acompanhamento de Operações de Crédito	17		



01.
**MENSAGEM
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**



1. Mensagem do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Futuro MCB, S.A. apresenta aos seus estimados acionistas, clientes, colaboradores e demais stakeholders as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

O ano de 2025 foi caracterizado por desafios significativos no panorama económico e social de Moçambique. A desaceleração da actividade económica, a inflação persistente e as restrições no acesso a financiamento impactaram de forma transversal o sector das microfinanças. Em adição, os protestos e a instabilidade observada no período pós-eleitoral agravaram a incerteza no ambiente operacional, afetando a capacidade de várias famílias e microempresas honrarem os seus compromissos e limitando a normalidade das operações em vários mercados.

Por um lado, durante o primeiro trimestre do ano observaram-se desafios significativos no País, marcados por manifestações sociais severas que provocaram restrições às actividades dos sectores público e privado. O pico dos protestos condicionou significativamente a actividade operacional nos sectores industrial, dos transportes e logística, de serviços, restauração e turismo, tendo limitado as capacidades de exportação e importação do País, o que por sua vez gerou uma quebra acentuada no consumo e no investimento privado, condicionando assim o desempenho da economia no início do ano. Por outro lado, o ainda elevado nível de Dívida Pública e de despesas públicas condicionou adicionalmente o crescimento económico do País, tendo sido comunicado pela Standard & Poor's um novo downgrade do rating da Dívida Pública para SD – Selective Default em Março de 2026.

Face a esta realidade espera-se que, em 2025, a economia moçambicana registre um crescimento real do PIB inferior a 2%, bastante abaixo crescimento real de 3,9% observado em 2024. Este contexto adverso reflectiu-se na evolução da actividade do Futuro

MCB em 2025, traduzindo-se numa contracção dos indicadores de performance operacional e num resultado negativo para o exercício. Tal como observado em instituições congéneres expostas ao mesmo ambiente económico e social – onde se destaca a referência à forte influência das perturbações sociais e políticas sobre o desempenho operacional – também o Futuro MCB enfrentou pressões acrescidas ao nível da qualidade da carteira de crédito, do custo do risco e da gestão de liquidez.

Apesar deste cenário exigente, a Instituição manteve o seu compromisso com a inclusão financeira, reforçando o apoio a micro e pequenas empresas e procurando adaptar os seus serviços às necessidades dos clientes mais vulneráveis. Foram igualmente implementadas medidas de mitigação de risco, maior rigor na análise de crédito e iniciativas de ajustamento operacional, essenciais para preservar a resiliência futura da instituição.

Durante o exercício de 2025, e em linha com o Plano Estratégico revisto para o período de 2025-2027, o Futuro não perdeu o foco nos seis pilares estratégicos definidos, que visam potenciar a sustentabilidade do negócio e apoiar a Instituição na mitigação dos efeitos e dos riscos resultantes de um contexto macroeconómico particularmente incerto, e de uma política monetária restritiva aplicada pelo Banco Central. O foco nestes seis pilares estratégicos - Crescimento, Rentabilidade, Marca, Governança, Pessoas e Organização, e Digitalização - contribuiu em 2025 para o Futuro alcançar um Resultado Líquido positivo, e mitigar parcialmente os impactos adversos do contexto económico nacional nos indicadores operacionais. Não obstante, o desempenho operacional do exercício manteve-se abaixo do previsto, muito em linha com os efeitos descritos de seguida.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

Fruto do cenário e contexto acima descritos, a contracção de cerca de MT -38.617.443 (-14%) no total do Activo, face ao ano de 2024, reflecte sobretudo uma contracção da carteira de crédito do Futuro, tendo esta redução sido grande parte motivada pela decisão estratégica da Gestão de contrair a exposição de crédito, e proceder a reforços prudentes de imparidade, com vista a reduzir a exposição ao risco de crédito da Instituição, num contexto ainda particularmente incerto que o País atravessa.

Como resultado desta redução da carteira de crédito, verificamos que a Margem Financeira alcançou, em 2025, o montante de MT 49.415.660, o que representa uma contracção de cerca de -33% versus 2024. Este efeito encontra-se totalmente alinhado a variação da exposição da carteira de crédito acima referida, tendo sido mais acentuado em função da redução das taxas de juro de referência do mercado, conforme política do Banco de Moçambique com vista a estimular a economia do País.

Face ao acima exposto, verificamos que os Rendimentos Operacionais registaram uma redução, excluindo imparidade de crédito, de cerca de MT 22.374.780 (-19%). Não obstante, o resultado líquido do exercício do exercício manteve-se como positivo, em cerca de MT 6.995.291, sustentado sobretudo pela contabilização de activos por impostos diferidos resultantes de prejuízos fiscais apurados em 2025, no montante de MT 12.747.423 (prejuízos fiscais esses sustentados em grande parte pelos impactos negativos observados nos indicadores operacionais do negócio, ao nível da margem financeira, e imparidades de crédito).

Importa contudo reforçar que, não obstante a expectável quebra observada em alguns indicadores operacionais no presente contexto de adversidade que o País atravessa, o rácio global de solvabilidade apurado em 2025 é de 82,45% (versus 59,70% em 2024), mantendo-se assim muito acima do limite de 12% definido pelo Banco de Moçambique no Aviso nº 9 GBM de 2017. Este indicador revela a solidez do Futuro em termos de solvabilidade, reflexo da preocupação do Conselho de Administrador com a estabilidade e sustentabilidade do negócio, bem como com o cumprimento de todos os limites prudenciais definidos pelo Banco Central.

Importa também salientar que, não obstante o período conturbado que o País atravessa, a Gestão do Futuro manteve-se focada em demonstrar o foco nas suas pessoas e em manter os níveis de investimento necessários para alcançar os objectivos da Instituição: neste âmbito, para além de não terem sido feitos cortes ao níveis dos Gastos com pessoal, foi ainda reforçado o compromisso para com o crescimento sustentável do negócio, não apenas por via da implementação de um novo sistema core, mas também pela celebração de novos acordos e parcerias, que visam transformar o Futuro num Microbano mais digital nos próximos anos.

De salientar ainda que durante o ano de 2025 o Banco de Moçambique comunicou a redução das Reservas Mínimas Obrigatórias para 29,0% em Moeda Nacional e 29,5% em Moeda Estrangeira (versus 39,0% e 39,5%, respectivamente, em 2024). Esta realidade permitiu ao Futuro reduzir o montante de liquidez disponível em Caixa e em Disponibilidades no Banco Central, sem rentabilidade associada.

O ano de 2025 foi também um ano onde o Futuro reforçou o seu foco na inclusão financeira no Norte do País, tendo dado seguimento ao trabalho desenvolvido em 2024 e à celebração de novas Parcerias (nomeadamente com as entidades SIDI / FEFISOL e WIN com vista a explorar novas linhas de financiamento para a exploração agrícola. Em adição, foi também aprofundada a ligação com a entidade WholeFoods, cuja expectativa é que se venha a materializar em novas linhas de crédito já em 2026.

No âmbito do nosso foco nas nossas Pessoas, mantemos o nosso empenho em desenvolver o talento dos nossos colaboradores, investindo na sua aprendizagem e formação, e na melhoria dos nossos processos de recrutamento. Valorizamos a competência, a dedicação, o empenho e o profissionalismo dos nossos colaboradores, reconhecendo que estas são características fundamentais para termos uma equipa altamente qualificada, motivada e alinhada com a nossa Missão e Valores. Durante o ano de 2025, e com o apoio de diversos parceiros, promovemos a realização de acções de formação em seis temáticas distintas, com vista a maximizar a capacitação dos nossos colaboradores e a melhorar a qualidade da nossa Instituição como um todo.

1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

O Futuro também se empenhou em melhorar a componente digital e de Tecnologias Informação do negócio, tendo sido implementado o novo sistema bancário core Kredit. A implementação deste novo sistema bancário operacional em 2025 traduz-se em ganhos significativos para a Instituição, permitindo maior automatização, rigor e transparência em todo o ciclo de concessão e registo ds operações de crédito. A padronização de etapas, o reforço do controlo interno e a centralização da informação reduziram riscos operacionais e aumentaram a eficiência na análise e acompanhamento das operações. Além disso, o sistema tem vindo a facilitar a adopção de melhores práticas de governação e compliance, alinhadas com as exigências regulamentares, contribuindo para decisões mais rápidas, consistentes e sustentáveis.

Em tom de conclusão, o Conselho de Administração reafirma a sua confiança no potencial de recuperação económica do País e no papel fundamental do Futuro MCB no apoio ao desenvolvimento local, especialmente nas regiões e comunidades onde o acesso ao financiamento continua limitado. Acreditamos que, com estabilidade institucional, a

recuperação das dinâmicas productivas e a consolidação das reformas em curso, será possível retomar uma trajetória de crescimento sustentável.

Agradecemos, de forma especial, aos nossos colaboradores pelo profissionalismo demonstrado num ano particularmente desafiante; aos nossos clientes, pela confiança contínua; e aos nossos parceiros e accionistas, pelo apoio institucional e estratégico ao Futuro MCB. Mantemo-nos totalmente confiantes de que o resultado positivo alcançado no exercício reflecte não apenas a resiliência e competência das nossas pessoas, mas em grande medida a relação construída com todos os nossos clientes, parceiros e accionistas.

Agradecemos, de forma especial, aos nossos colaboradores pelo profissionalismo demonstrado num ano particularmente desafiante; aos nossos clientes, pela confiança contínua; e aos nossos parceiros e accionistas, pelo apoio institucional e estratégico ao Futuro MCB.

1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

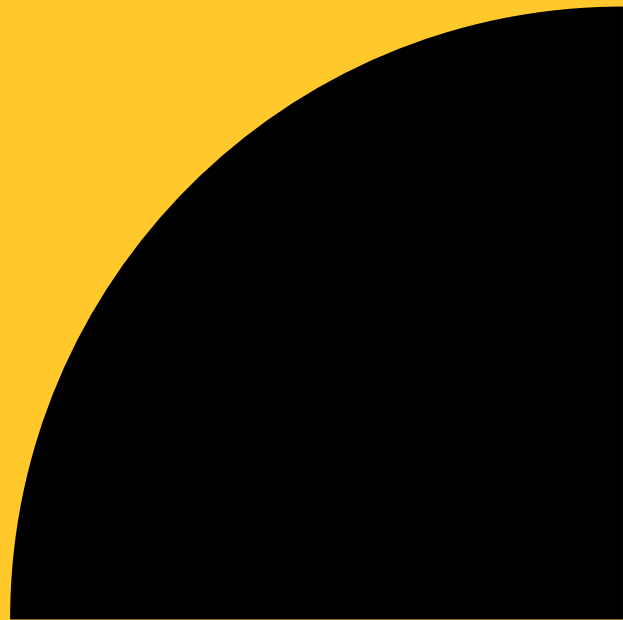
4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

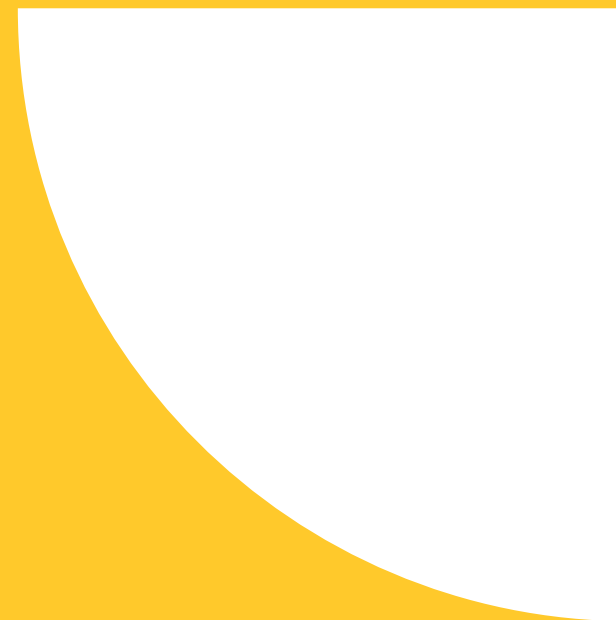
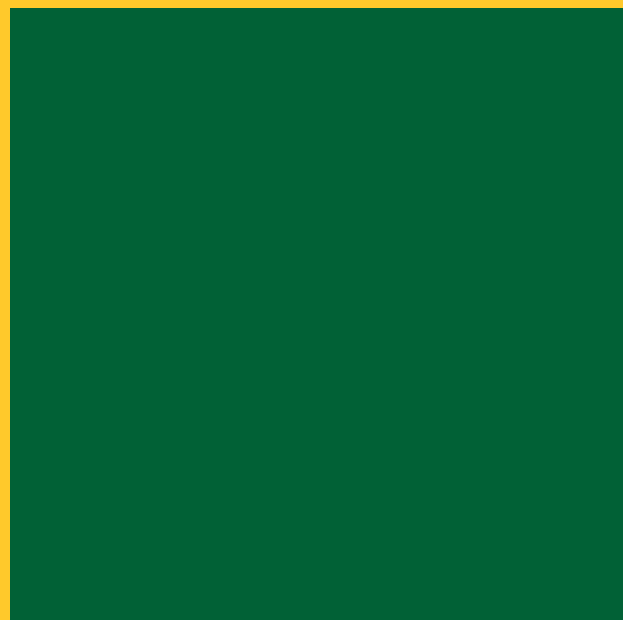
6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
financeiras





02.
ENQUADRAMENTO
DA ACTIVIDADE



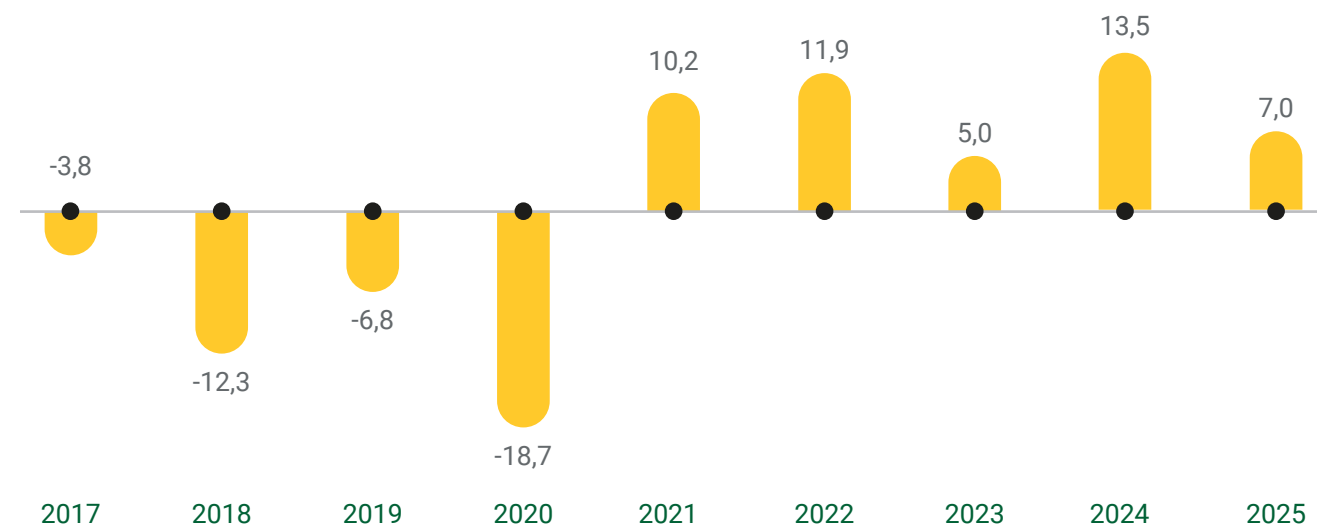
2. Enquadramento da actividade

2.1. Principais Indicadores Financeiros

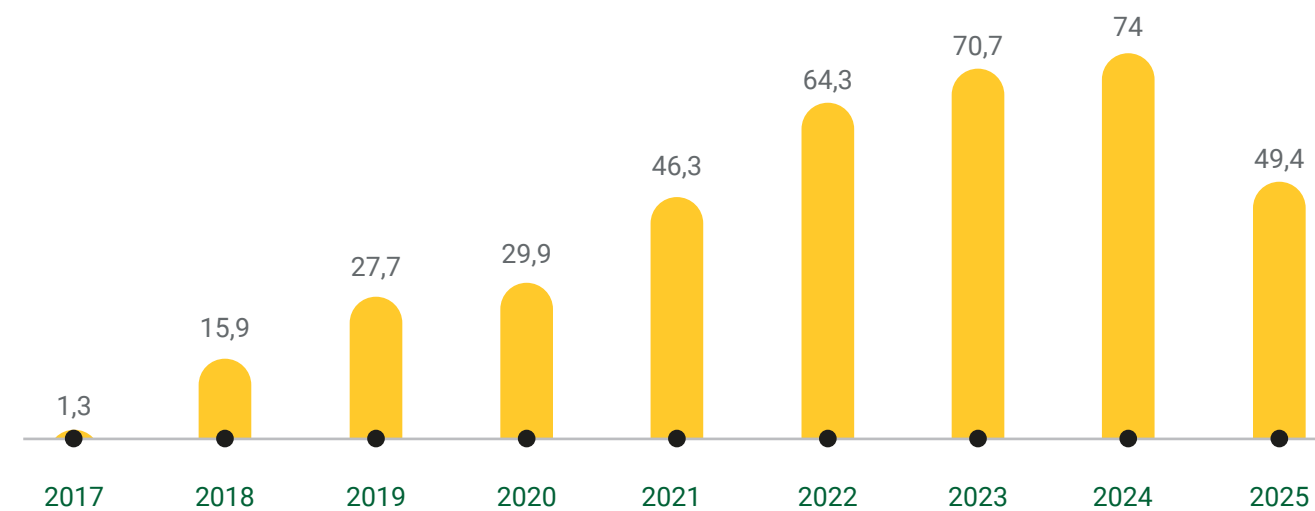
Em 2025, e em linha com o contexto desafiante que o País tem vindo a atravessar, o Futuro registou um resultado do exercício positivo (MT 6.995.291), mas que pela primeira vez desde 2020 evidenciou resultados operacionais antes de impostos negativos (MT -11.143.894). O contexto de elevadas taxa de juro no mercado, bem como alguma deterioração na qualidade da carteira de crédito da Instituição, comprometeu a performance operacional do Futuro, tendo culminado na evolução negativa da carteira de crédito, e da carteira de recursos de clientes, e consequentemente da margem financeira.

Este foi também o primeiro ano em que o Futuro observou uma redução da margem financeira, que registou uma redução de cerca de -33% face ao observado em 2024, totalizando cerca de MT 49,4 milhões, sendo esse um dos principais *drivers* para o decréscimo nos resultados operacionais observado no presente exercício.

Evolução do Resultado Líquido (MT milhões)



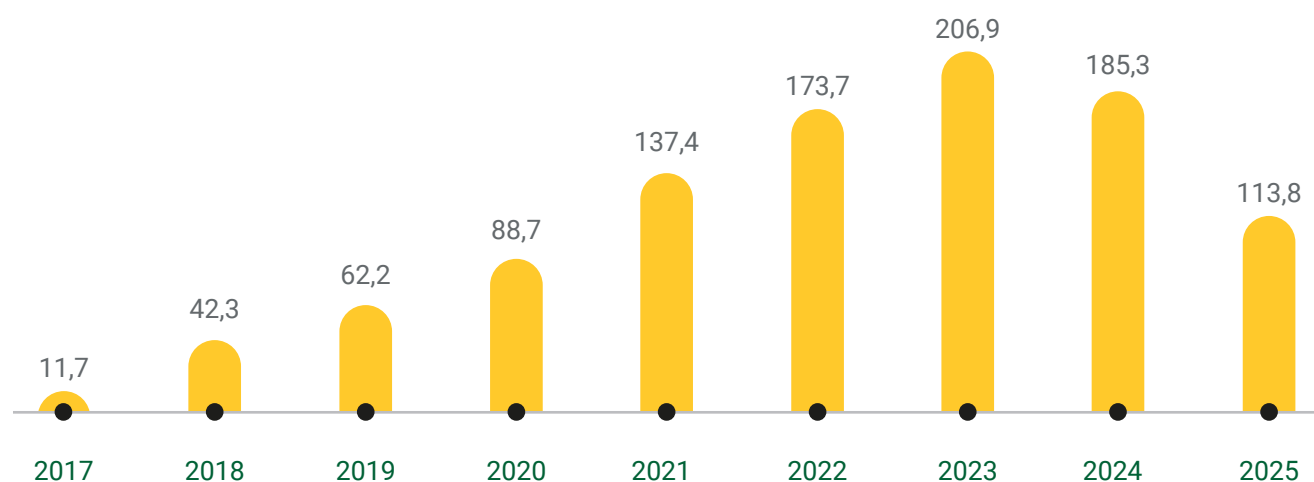
Evolução da Margem Financeira (MT milhões)



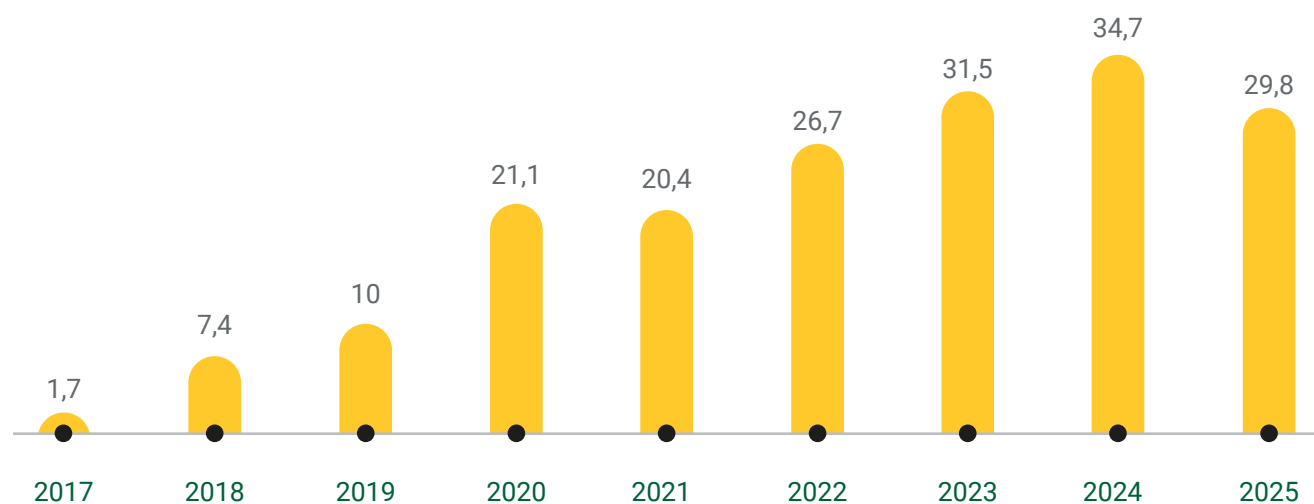
Importa ainda salientar que, em 2025, o Futuro recebeu donativos da (Agência de Cooperação Suíça (SDC), seu accionista maioritário, e actuou de forma conjunta com esta entidade no âmbito da colaboração existente entre os Governos da Suíça e de Moçambique. Os donativos recebidos permitiram ao Futuro ter algum apoio adicional num cenário muito adverso o que, por sua vez, contribuiu para mitigar a a redução do resultado líquido observada no exercício.

Face a esta realidade, o ano de 2025 foi também marcado pela contracção da exposição bruta da carteira de crédito em cerca de -39% (para um total de MT 113,8 milhões), bem como por uma redução de -14% na carteira de depósitos (que fechou o ano em cerca de MT 29,8 milhões).

Evolução da Carteira de Crédito (exposição bruta) (MT milhões)



Evolução da Carteira de Depósitos (MT milhões)



A evolução de ambos estes indicadores reflecte em parte uma menor disponibilidade financeira da população para se financiar, tendo contudo aumentado o nível de depósitos voluntários, em resultado das dificuldades resultantes do ambiente de protestos que

o País viveu no 1º trimestre do ano. Em paralelo, reflecte também uma menor procura por micro-financiamentos, sobretudo como consequência do contexto adverso para a criação e crescimento de negócios, sendo que em diversas Províncias do país se observaram ataques e furtos a estabelecimentos comerciais.

2.2 Introdução da conjuntura operacional

O Futuro Mcb, S.A. (doravante designado por Futuro) é uma Instituição Financeira focada em microfinanças, constituída em Nampula, Moçambique, em Maio de 2017, para atender à procura por inclusão financeira dos grupos vulneráveis e de baixo rendimento (especialmente mulheres microempresárias) no Norte de Moçambique. O Futuro tem vindo a expandir a estratégia para incluir o apoio às pequenas e médias empresas (PMEs), continuando a servir indivíduos e grupos de baixo rendimento, em linha com o compromisso assumido para com a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique e com a Agenda 2030 da ONU para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Futuro beneficia do apoio do governo suíço (através do seu accionista maioritário - Agência de Cooperação Suíça em Moçambique), no âmbito da sua colaboração com o Governo de Moçambique e com o Banco de Moçambique, sustentando os esforços nacionais de construção de um sistema financeiro mais inclusivo, nas áreas rurais e urbanas nas quais a percentagem da população sem acesso aos serviços bancários se mantém elevada.

A Hollard Moçambique - Companhia de Seguros S.A. (e os restantes acionistas do Futuro), estabeleceu em 2020 uma parceria que adicionou valor às operações do Futuro por meio de conceitos inovadores. Por meio desta parceria, o Futuro disponibiliza actualmente aos seus clientes os produtos de seguros da Hollard Moçambique, o que permite ao Futuro apoiar uma ampla gama de necessidades financeiras dentro das comunida-

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

des que atende, reforçando assim o seu compromisso de promover uma transformação económica positiva em Moçambique.

Em Outubro de 2022, o Conselho de Administração do Futuro realizou uma reunião para definir um plano para os próximos cinco anos (2023-2027) para guiar o Futuro na próxima fase de expansão e crescimento do negócio. Os seis pilares estratégicos definidos são Crescimento, Rentabilidade, Marca, Governança, Pessoas e Organização, e Digitalização), e representam as dimensões-chave consideradas pelo Conselho de Administração para potenciar o crescimento e sustentabilidade do negócio até 2027.

Em Março de 2025, e considerando a actual conjuntura económica, o Plano de Negócio do Futuro foi revisitado (cobrindo o período de 3 anos entre 2025 e 2027) com vista a atender às necessidades e demandas necessárias para a expansão em conformidade com as suas projeções.

2.3. Plano Estratégico

O Plano Estratégico revisto do Futuro (para os anos de 2025–2027) alinha o crescimento estratégico com a sustentabilidade financeira e a expansão no mercado. O Plano Estratégico foi desenvolvido com base em insights e realinhamento estratégico dos membros do Conselho de Administração e dos accionistas.

Neste contexto, o Futuro encara 2026 como um ano de estabilização e transição, com o objetivo de priorizar a estabilização e o fortalecimento da actividade principal de crédito, garantindo que a qualidade da carteira e o processo de concessão de crédito se mantém disciplinado, e no centro das operações. Paralelamente, o Futuro começará a introduzir produtos digitais selecionados, disponibilizados através de parcerias estratégicas e novos canais de distribuição digital. Neste âmbito, o Futuro candidatou-se ao *Sandbox*

Regulatório do Banco de Moçambique, que proporciona um ambiente controlado para testar serviços financeiros digitais inovadores.

A Direção Estratégica para 2026 encontra-se assim estruturada em torno de três prioridades:

- Fortalecimento e expansão da carteira de empréstimos
- Expansão da estratégia de poupança
- Introdução de produtos de crédito digitais por meio de parcerias com canais digitais:

O foco nestas prioridades visa atingir objectivos concretos durante o ano de 2026, nomeadamente:

- Carteira bruta de empréstimos de 185 milhões de MZN em 2026
- Aumento do número de mutuários ativos para 11.666
- Meta de relação depósitos / empréstimos: 58% da carteira de empréstimos

O Futuro acredita em melhorar a eficiência e a efetividade das operações bancárias por meio de investimentos estratégicos na capacidade técnica dos funcionários, a fim de atingir os seus objectivos futuros. O Futuro tem como objetivo implementar tecnologias financeiras digitais inovadoras nos produtos e serviços oferecidos por meio de sua estratégia de distribuição. Esses esforços permitirão ao Futuro manter sua posição como líder na comunidade financeira Moçambicana e continuar a entregar uma proposta de valor aos seus clientes.

Durante o ano de 2026, e de acordo com os procedimentos em vigor no Futuro, o Plano Estratégico definido até 2027 será alvo de revisão anual pelo Conselho de Administração.

2.4. Parcerias Estratégicas

À medida que o Futuro embarca numa expansão ambiciosa no Norte de Moçambique, as parcerias estratégicas são cruciais por forma a permitir a adaptação da estrutura e políticas para escalabilidade do negócio, o desenvolvimento de uma gestão de risco robusta, a melhoria do recrutamento e do desenvolvimento do pessoal e a implementação de soluções digitais eficazes.

Neste âmbito, com vista a apoiar o Futuro na transferência de conhecimentos e competências de consultores e especialistas externos (necessários para a formação e capacitação dos seus recursos internos), torna-se essencial para o Futuro continuar a contar com o apoio do seu accionista maioritário (Agência de Cooperação Suíça em Moçambique). Durante o ano de 2025 a Agência de Cooperação Suíça em Moçambique demonstrou a intenção de manter o seu apoio ao Futuro, por via de 2 donativos no montante de USD 475.000 (MT 30.047.250), destinado a Assistência Técnica para desenvolvimento organizacional e dos recursos humanos do Futuro.

Durante o ano de 2025, e em parceria com a Agência de Cooperação Suíça em Moçambique, o Futuro manteve o foco na implementação e materialização do Acordo de Assistência Técnica celebrado em 2024 (para o período de 2024-2027), que visa assegurar os requisitos necessários para alcançar o sucesso do Plano Estratégico do Futuro, e que se foca nas seguintes vertentes:

- **Desenvolvimento Organizacional:** tem como foco o refinamento da estrutura organizacional e a actualização de políticas para aumentar a escalabilidade e a eficiência, alinhando-se aos objetivos de expansão do Futuro.
- **Desenvolvimento de Recursos Humanos:** visa fortalecer a força de trabalho por meio de programas aprimorados de recrutamento, avaliação de desempenho e desenvolvimento, garantindo a capacidade da equipa para impulsionar o crescimento e manter a excelência do negócio.

- **Formação e Capacitação:** iniciativas estratégicas para actualizar as competências da força de trabalho e da liderança, essencial para gerir a expansão, melhorar as capacidades digitais e garantir o crescimento sustentável no sector financeiro em evolução de Moçambique.
- **Transformação Digital:** serve como uma iniciativa fundamental para modernizar os serviços bancários através da digitalização, melhorando assim a experiência do cliente e a eficiência operacional.
- **Expansão do Alcance do Cliente:** centra-se na alavancagem de campanhas de poupança direccionadas e programas de literacia financeira para aprofundar as relações com os clientes e alargar a presença no mercado, com especial ênfase nas regiões rurais e agrícolas.
- **Marca Futuro:** visa melhorar a visibilidade e reputação da marca através de esforços estratégicos de marketing e uma forte presença nas redes sociais.
- **Assessoria Jurídica e Governança:** garante a adesão à conformidade e à governança por meio de análises jurídicas completas e actualizações de políticas, em alinhamento com a expansão e as estratégias operacionais do Futuro.
- **Captação de recursos e relações com investidores:** fortalece a base financeira e aumenta a transparência com as partes interessadas, apoiando as iniciativas estratégicas e aspirações de crescimento do Futuro.
- **Aquisição de Investidores:** envolve-se na atração de novos investidores através da criação de um modelo de negócios e rentabilidade atraente.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

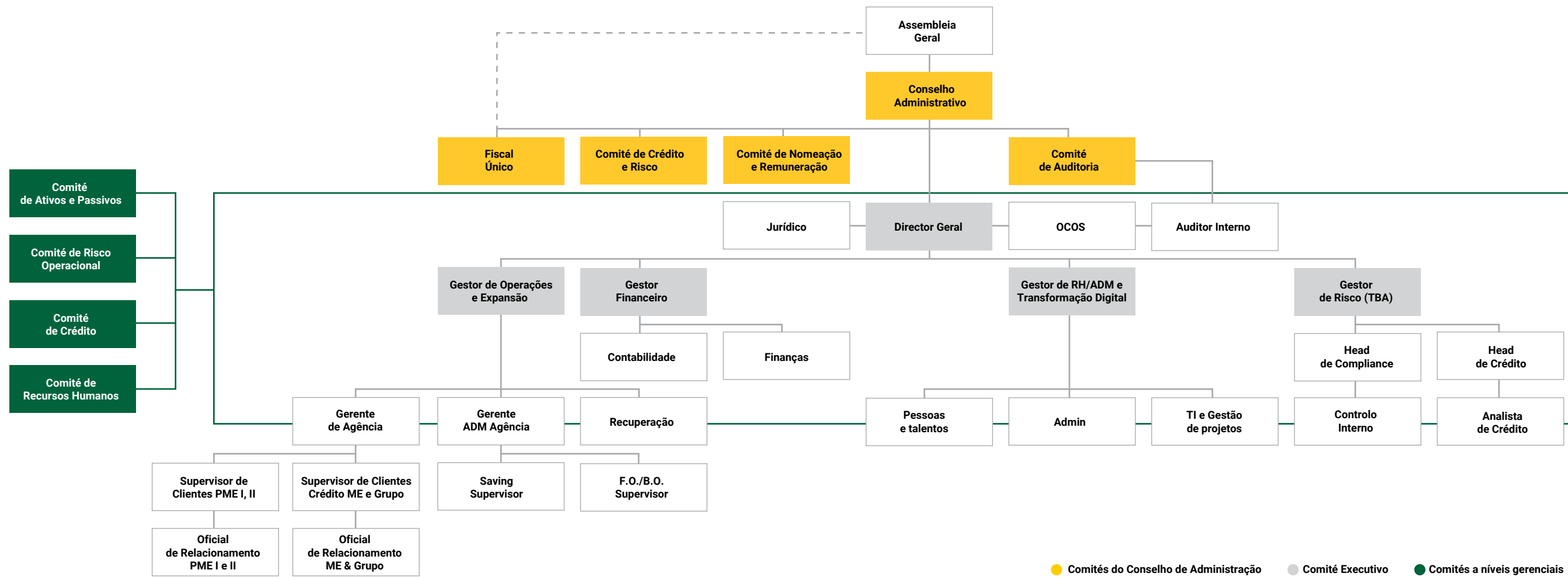
6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

2.5. Estrutura Organizativa

O modelo de governo do Futuro está definido nos seus estatutos, cumprindo com os requisitos da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovada pela Lei nº 20/2020, de 31 de Dezembro. A estrutura organizacional é composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, e pelo Fiscal Único. Adicionalmente,

integra o modelo de governo o Comité de Auditoria e Risco, o Comité de Remuneração, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), o Comité de Gestão de Risco Operacional, o Comité de Gestão Crédito e o Comité de Gestão de Recursos Humanos.



1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações financeiras

Esta estrutura transparente de governo do Futuro permite uma distinção clara das funções entre o Conselho de Administração e os diversos Comitês de Gestão. As funções do Conselho de Administração concentram-se na definição das políticas do Futuro e no estabelecimento de uma supervisão rigorosa e independente dos Comitês de Gestão, a fim de garantir que as decisões tomadas estejam sob controle. Por outro lado, os Comitês de Gestão são responsáveis pela gestão das actividades operacionais diárias do negócio.

A auditoria interna reporta directamente aos Oficiais de Comunicação de Operações Suspeitas (OCOS) e ao Comité de Auditoria e Risco. O departamento de Auditoria Interna é dotado dos recursos suficientes e recebe formação adequada. Os auditores têm poder e autoridade suficientes para poder levar a cabo as suas tarefas e obrigações. As funções, poderes e responsabilidades da Auditoria Interna estão documentadas no regulamento de Auditoria Interna tendo sido comunicadas e publicadas internamente, no Futuro.

O Futuro mantém boas relações com as autoridades reguladoras e fiscalizadoras da actividade bancária, a fim de garantir o cumprimento integral dos requisitos necessários.

A composição dos Órgãos Sociais, e dos principais Comitês, do Futuro pode ser resumida de acordo com o detalhe abaixo:

Assembleia Geral

1. Conselho de Administração

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Pierre Alexandre Strauss	Presidente do Conselho de Administração	8
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	8
Mirko Manzoni	Administrador Independente	8
Bruna Michael Dias Gomes Quintas	Administradora	6

Israel Muchena	Administrador	6
Norbert Jacques Emile Fuchs	Administrador	5
Klaus Maurer	Administrador	5
Ilaria Dali-Bernasconi	Administradora*	2

* Nomeação em fase de aprovação pelo Banco de Moçambique

2. Comissão Executiva

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	8
Amelia dos Santos Nombora Kamanga	Gestora de Operações e Expansão	3
Ali Shaukat Abdulla	Gerente Financeiro	3
Vinicius Lucchesi Reis	Gerente de Recursos Humanos	3

3. Fiscal Único

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Ismael Abdurrazac Faquir	Fiscal Único	3

4. Comitês do Conselho de Administração

4.1. Comité de Auditoria

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Mirko Manzoni	Presidente	8
Israel Muchena	Membro Permanente	6
Klaus Maurer	Membro Permanente	5

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

4.2. Comité de Nomeação e Remuneração

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Norbert Jacques Emile Fuchs	Presidente	5
Bruna Michael Dias Gomes Quintas	Membro Permanente	6
Ilaria Dali-Bernasconi	Administradora*	2

* Nomeação em fase de aprovação pelo Banco de Moçambique

4.3. Comité de Crédito e Risco

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Klaus Maurer	Presidente	8
Israel Muchena	Membro Permanente	6
Norbert Jacques Emile Fuchs	Membro Permanente	5

5. Comités da Comissão Executiva

5.1. ALCO - Comité de Activos e Passivos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	8
Amelia dos Santos Nombora Kamanga	Gestora de Operações e Expansão	7
Ali Shaukat Abdulla	Gerente Financeiro	3

5.2. CRH - Comité de Recursos Humanos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	8
Amelia dos Santos Nombora Kamanga	Gestora de Operações e Expansão	7
Vinicius Lucchesi Reis	Gerente de Recursos Humanos	3

5.3. Comité de Riscos

NOME DO MEMBRO	CARGO	ANOS NA POSIÇÃO
Eduardo Antonio Lucchesi Reis	Administrador Delegado	8
Amelia dos Santos Nombora Kamanga	Gestora de Operações e Expansão	7
Vinicius Lucchesi Reis	Gerente de Recursos Humanos	3

2.6. Estrutura accionista

O capital social do Futuro é de MT 107.800.000, o qual é constituído por 154 acções de valor nominal de MT 700.000 cada. Encontra-se integralmente subscrito e realizado. A estrutura accionista em 31 de Dezembro de 2025 apresenta-se como se segue:

ACCIONISTAS	Nº DE ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL
Agência de Cooperação Suíça em Moçambique	98	63,64%
Hollard Moçambique Companhia de Sguros	54	35,06%
Futuro Mcb, S.A.	1	0,70%
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,70%
Total	154	100%

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

2.7. Propósito, Visão, Missão e Valores

O Propósito do Futuro consiste em permitir uma transformação económica positiva para indivíduos e empreendedores em crescimento em Moçambique. Os principais clientes dos serviços do Futuro são indivíduos empreendedores e PME's – Pequenas e Médias Empresas, que impulsionam o mercado local numa economia que ainda se mantém predominantemente informal. O Futuro fornece acesso a serviços e produtos financeiros exigidos por empresas em crescimento se desenvolvam de forma sustentável e conduzam à transformação económica.

A Visão do Futuro é ser uma Instituição líder de microfinanças em Moçambique. Para alcançar esta Visão, o Futuro tem como Missão fornecer uma variedade de soluções financeiras de forma inclusiva, simples, responsável e sustentável.

O Futuro prioriza a simplicidade na abordagem aos serviços financeiros, oferecendo produtos acessíveis e fáceis de entender para indivíduos e empreendedores. Esta abordagem é adaptada às necessidades da população e do mercado local, procurando ajudar a provocar mudanças positivas na inclusão financeira, fornecer produtos e serviços financeiros aos seus clientes, com um foco particular na população sem conta bancária em Moçambique.

O Futuro procura manter os mais elevados padrões de conduta ética, baseados em valores partilhados, com um código de conduta que trata todos os clientes e colaboradores com cuidado, dignidade e respeito. Os seus serviços são disponibilizados de forma permanente e sustentável por forma a ter um impacto positivo e duradouro na vida, e na transformação da realidade económica, dos seus clientes.

O nosso modelo de negócios assenta assim em valores como a inclusão, simplicidade, responsabilidade e sustentabilidade, em linha com os princípios dos nossos accionistas (Agência de Cooperação Suíça em Moçambique e a Hollard Moçambique), que apostam em iniciativas para um sector financeiro mais inclusivo.

2.8. Ética e Cultura organizacionais

O código de ética e boa conduta do Futuro foi elaborado com vista a orientar os colaboradores e facilitar a gestão na tomada de decisão.

O código do Futuro é composto por: valores éticos, responsabilidade pessoal, conflito de interesses, protecção de dados, relação laboral, política contra branqueamento de capitais, responsabilidade social e ambiental.

2.9. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

O Futuro mantém-se empenhado em apoiar a Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique. Alinhado com a Estratégia de Sustentabilidade, e potencializando o compromisso em gerar valor aos seus stakeholders, o Futuro prioriza 8 ODS's, que reforçam o comprometimento em alinhar os negócios à agenda 2030, acompanhando o impacto e a contribuição para as metas da sociedade e o seu progresso na implementação dos Princípios de Responsabilidade Bancária.



1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

2.10. Capital Humano

Para conseguir alcançar os objectivos de médio e longo prazos o Futuro conta com uma cultura organizacional pautada na ética, transparência e respeito às pessoas e uma forte política de formação dos colaboradores no sentido de formar e reter pessoal qualificado e talentoso. O Futuro procura ser uma Instituição desejada por profissionais de alta *performance* para exercem as suas funções profissionais, viverem o seu presente profissional e construir o seu futuro.

A 31 de Dezembro de 2025 o Futuro conta com uma equipa de 77 colaboradores (*versus* 86 colaboradores em 2024) e tem uma estrutura interna aberta e acessível para promover as interações necessárias entre as diversas equipas e os diversos níveis de gestão. O Futuro promove as competências essenciais e transformadoras dos colaboradores com o objetivo de tornar viável a sua estratégia de negócios. Durante o ano 2025 o Futuro promoveu acções de formação em 6 temáticas distintas, para os seus colaboradores, conforme detalhado abaixo:

TEMÁTICA	Nº PARTICIPANTES	DURAÇÃO (HORAS)
Formação em Classificação de Clientes Inadimplentes	23	2
Formação em Avaliação de Crédito para PMEs I e II	16	2,5
Formação em Sessões de Feedback para Supervisores	10	8
Formação em Análise de Negócios para Oficiais de Crédito	9	4
Formação em Recuperação em Reestruturação de Crédito	11	6
Formação em Técnicas de Vendas	30	4

De salientar ainda o foco do Futuro na igualdade e inclusão de género, sendo que cerca de 50% dos recursos correspondem a colaboradores do género masculino, e 50% corresponde a colaboradoras do género feminino.

2.11. Estratégia de Produtos e Definição de Preços

O microcrédito é a principal actividade operacional do Futuro e pode ser descrita como uma abordagem clássica de micro finanças.

Os produtos e serviços oferecidos pelo Futuro foram desenhados com um objectivo duplo: por um lado, o Futuro serve o segmento inferior do mercado e a sua missão é permitir o acesso deste grupo a serviços financeiros personalizados e acessíveis em termos de custos. Por outro lado, o Futuro atinge a sustentabilidade do seu modelo de negócio através de uma carteira de produtos orientada para o lucro.

É assim fundamental para a estratégia de produtos e definição de preços que se permita um alto grau de flexibilidade, por forma a que a gestão possa ajustar os produtos e o seu preço de acordo com os resultados financeiros, com as condições do mercado e dos clientes e em conformidade com os requisitos do Banco de Moçambique.

Deste modo, o preço em vigor no Futuro é definido pela CAP. A CAP tem em consideração diversos factores para definição do preço, nomeadamente: a observância dos regulamentos, a necessidade de o Futuro combinar passivos e activos sensíveis às taxas de juro, o custo dos fundos, o risco cambial (em caso de um financiamento em moeda estrangeira), os indicadores de rentabilidade dos activos, o factor de risco de um empréstimo e o custo de conceder um empréstimo.

2.11.1 Produtos de Crédito

A oferta de produtos de microcrédito do Futuro encontra-se segmentado em três principais segmentos: o segmento Micro-Empreendedor e de Grupo, o segmento de PME's – Pequenos e Médios Empresários e o segmento de Agronegócio.

- **Segmento Micro-Empreendedor e de Grupo:** empréstimos concedidos com o objectivo de financiar o fundo de maneio de negócios comerciais, de serviços e agrícolas a micro-empresários de forma individual, ou em grupo. Numa fase inicial os empréstimos concedidos pelo Futuro a este segmento tendem a variar entre MT 10.000 e MT 50.000, sendo garantidos pela responsabilidade conjunta de solidariedade e compromisso de um indivíduo ou Grupo de indivíduos.
- **Segmento PME's:** empréstimos concedidos com o objectivo de financiar o fundo de maneio de negócios comerciais, industriais, de serviços e agrícolas a empresas de pequena e média dimensão. Estes empréstimos aos pequenos e médios empresários foram introduzidos no Futuro durante o ano de 2019, sendo que o montante dos empréstimos concedidos neste segmento varia geralmente entre MT 50.000 e MT 300.000 (para pequenos empresários) e entre MT 300.001 e MT 3.000.000 (para médios empresários). Existe ainda a modalidade de empréstimo para investimento, com o objectivo de financiamento para aquisição de activos destinados à produção de bens, cujos montantes desembolsados podem variar entre MT 100.000 e MT 5.000.000.
- **Segmento Agronegócio:** empréstimos concedidos com o objectivo de financiar a produção e a comercialização de negócios agrícolas. Numa fase inicial os empréstimos concedidos pelo Futuro a este segmento tendem a variar entre MT 50.000 e MT 1.000.000, sendo garantidos por colaterais correspondentes a garantias reais (i.e. activos físicos).

2.12. Estratégia de Acompanhamento de Operações de Crédito

2.12.1 Monitorização de créditos sem mora

Os créditos sem mora são acompanhados exclusivamente pelos Oficiais de Clientes responsáveis. O Futuro visa manter um contacto próximo com os seus clientes através de visitas regulares ao terreno por forma a assegurar uma monitorização regular das operações em carteira.

As visitas iniciais de acompanhamento têm lugar entre 1 a 2 semanas após o desembolso inicial da operação, com o propósito de verificar se o empréstimo concedido pelo Futuro está efectivamente a ser utilizado pelos clientes para os fins acordados contractualmente. A segunda visita de acompanhamento ocorre geralmente a meio da maturidade das operações de crédito concedidas, sendo que a terceira visita de acompanhamento é geralmente realizada durante as últimas semanas da operação, por forma a confirmar as condições para o reembolso final, e / ou para se preparar a modalidade de operação de crédito seguinte (em caso de bom pagamento).

2.11.2 Monitorização de créditos com mora

A Comissão de Recuperação de Crédito (CRC) é responsável pela gestão dos créditos em mora do Futuro, e apoia o Oficial de Clientes no acompanhamento dos pagamentos em mora. De acordo com critérios específicos, esta Comissão pode ser constituída pela gestão (a nível da sede e das agências), pelo Director de Operações e pelos Oficiais de Clientes. Os membros dependem do produto, dos valores dos empréstimos não pagos e do número de dias de atraso de um empréstimo.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

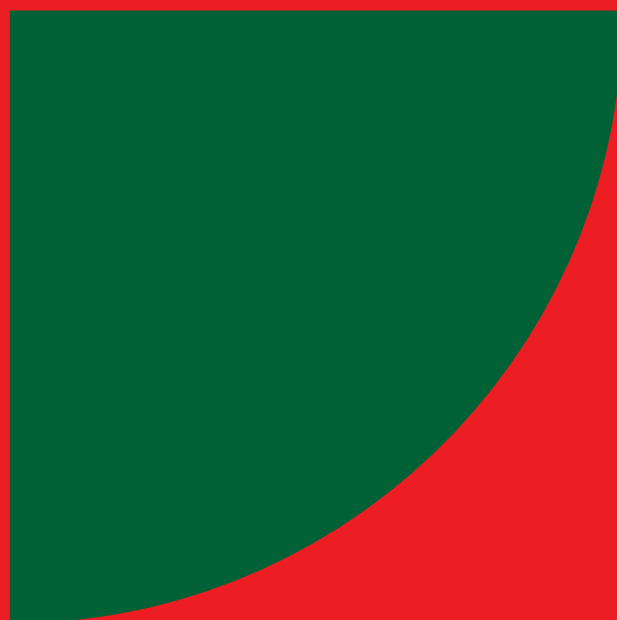
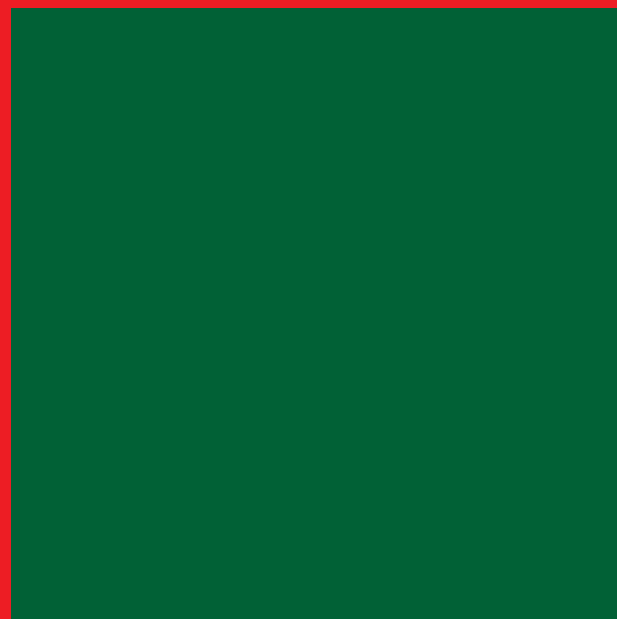
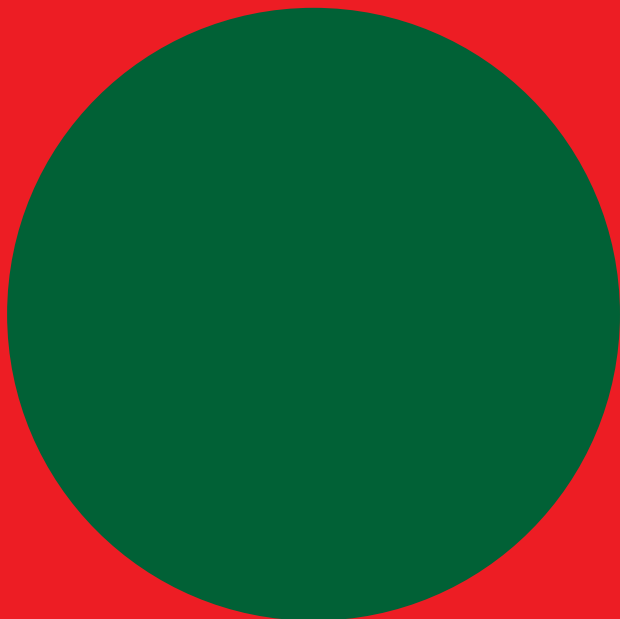
3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras



03.
ENQUADRAMENTO
DA GESTÃO
DE RISCO



3. Enquadramento da Gestão de Risco

3.1. Sistema de Gestão de Risco

3.1.1 Política de Gestão de Risco

O conteúdo das políticas e procedimentos do Futuro serve como um mecanismo de defesa primário contra quaisquer riscos a que o Futuro esteja exposto e que podem levar a perdas financeiras ou de reputação.

Além da política de gestão de risco, o Conselho de Administração instaura procedimentos para responder de forma eficiente aos riscos subjacentes às diversas actividades em que actua. O objectivo é conseguir uma melhor resposta ao risco, alinhada de acordo com uma avaliação objectiva dos riscos.

São assim estabelecidas estruturas de controlo interno para garantir que são tomadas medidas preventivas e corretivas adequada, visando assegurar que um risco individual não “ultrapassa” o nível de risco aceitável.

3.1.2 Análise de Risco

As questões de risco são geridas de forma consistente em toda a organização e as interações dos vários riscos, bem como os impactos associados, devem ser entendidos e considerados quando forem tomadas decisões estratégicas e táticas.

Todos os riscos são avaliados qualitativamente numa base recorrente e, quando adequado, a avaliação realizada inclui uma análise quantitativa.

Os colaboradores afectos à avaliação de risco, por exemplo, o gestor de riscos, a Auditoria Interna ou o controlo operacional, trabalham com a equipa operacional para identificar os riscos, de modo que a avaliação dos riscos por parte do Conselho de Administração ocorra numa base objectiva.

Os principais tipos de risco monitorizados e acompanhados pelo Futuro são os seguintes:

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito surge sempre que o Futuro está exposto a perdas por parte de um devedor, fiador ou contraparte que não consegue honrar as suas obrigações contratuais de dívida, conforme acordado e em tempo útil. O Futuro tem em conta o risco de que um mutuário seja incapaz ou não queira cumprir uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do Futuro.

- **Risco de Concentração (de Crédito)**

É um risco que deriva quer de uma concentração de empréstimos que estão sujeitos a factores de risco comuns, quer de uma concentração significativa de grandes exposições.

- **Risco Interbancário**

É o risco de que um Banco / uma Instituição Financeira à qual o Futuro está exposto (por exemplo, um empréstimo, garantia, depósito) entre em incumprimento, o que significa que é incapaz de cumprir com uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do Futuro.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações financeiras

Este tipo de risco também pode ser criado por um declínio no rating de crédito de um Banco / de uma Instituição Financeira ao qual o Futuro se encontre exposto.

• **Risco do Mercado**

O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

• **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como sendo a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos do Futuro, quer por via das pessoas ou dos sistemas, incluindo também as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

• **Risco Cambial**

O risco cambial pode ser definido como o risco no qual os activos dos Futuro são negativamente afetados pelas variações cambiais (uma vez que as taxas de câmbio estão em constante mudança). Não obstante a reduzida exposição cambial inerente ao Modelo de Negócio do Futuro, as flutuações cambiais podem ter um impacto nos resultados, tanto positiva como negativamente. Para o controlo deste risco foram definidos pelo Banco de Moçambique limites (Posição Global não deve ser superior a 20% dos Fundos Próprios e a Posição por Moeda não deve ser superior a 10%). , os quais são monitorizados e respeitados pelo Futuro.

• **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Futuro cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento)

e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

• **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para o Futuro resultantes de movimentos adversos de taxas de juro do mercado (por via de uma redução de resultados e/ou por via de uma redução do valor dos activos).

A relação entre os resultados e as taxas de juro surge dos desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas de juro das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, e/ou da existência de opções embutidas nas posições de activos, passivos e extrapatrimoniais.

O Futuro adoptou integralmente as políticas de gestão de risco previstas e estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Neste âmbito, destacamos que a mensuração e reconhecimento dos riscos é assegurada sobretudo através da Comissão de Activos e Passivos (CAP), que é parte integrante da gestão do Futuro.

Mudanças na liquidez do mercado e/ou nas taxas de juro expõem o Futuro ao risco de perda, que pode em casos extremos ameaçar a continuidade do negócio. Como tal, é essencial que a Direcção Executiva, bem como o Conselho de Administração, compreendam a existência destes riscos na Demonstração da Posição Financeira e assegurem que a estrutura do negócio do Futuro (bem como o nível de risco assumido) é gerida de forma efectiva.

Encontram-se assim estabelecidos procedimentos e políticas apropriados para monitorizar e mitigar os riscos identificados acima, estando também assegurados os recursos internos necessários para capacitar para a avaliação e o controlo dos mesmos.

1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

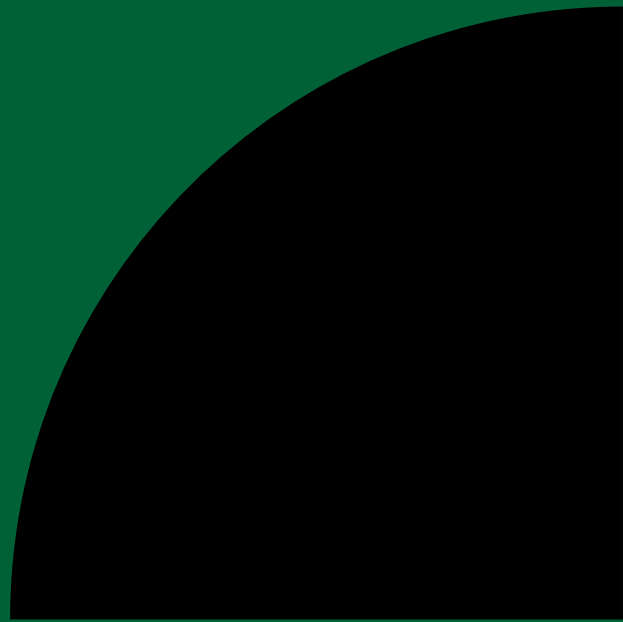
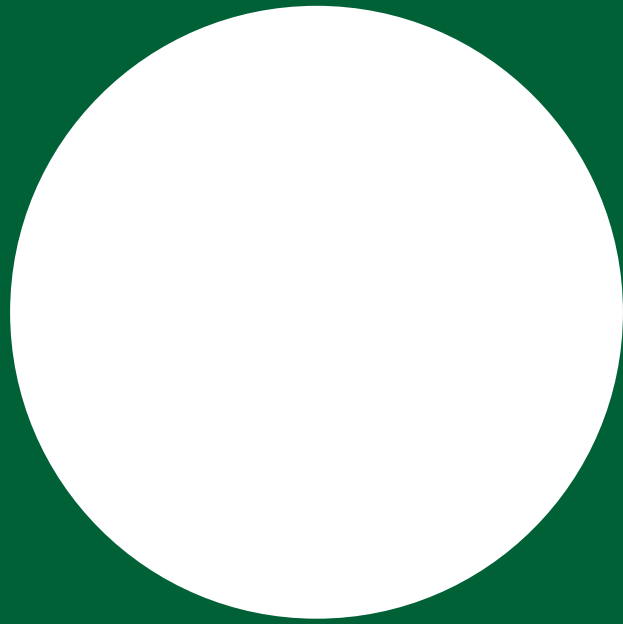
3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

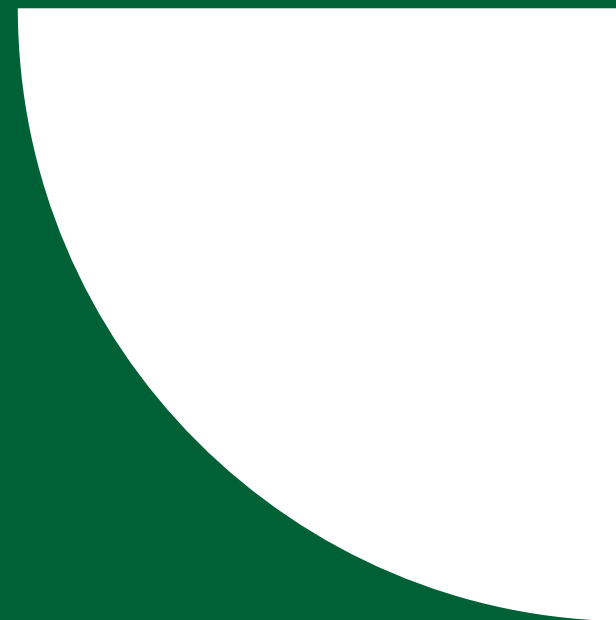
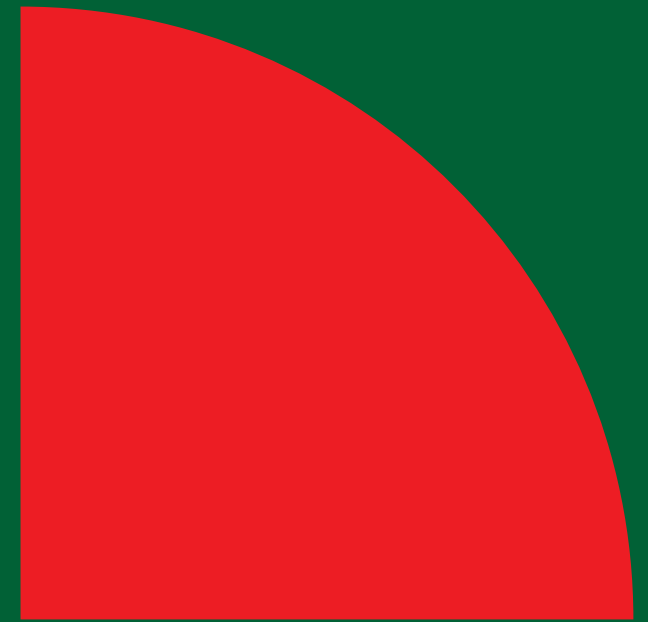
5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
financeiras



04.
ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO



4. Enquadramento Macroeconómico

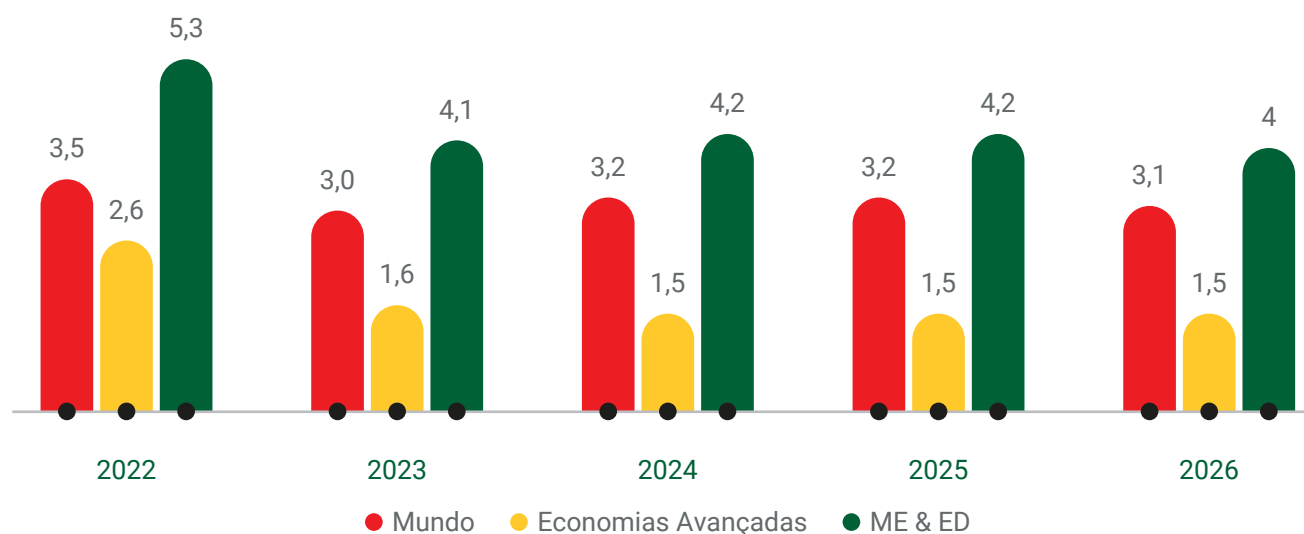
4.1. Economia Global

O ano de 2025 mantém um ambiente económico global exigente, ainda que marcado por sinais moderados de estabilização. A inflação continua a registar uma tendência de desaceleração na maioria das economias, impulsionada pela continuidade de políticas monetárias restrictivas e pelo realinhamento gradual das cadeias de valor internacionais. Apesar disso, a actividade económica global permanece contida, reflectindo os efeitos prolongados das tensões geopolíticas, do aumento do proteccionismo e das oscilações persistentes nos preços de matérias-primas. Nos mercados financeiros, observa-se uma melhoria prudente na confiança dos investidores, embora os riscos associados a ajustamentos regulatórios, incertezas políticas e rápida evolução tecnológica permaneçam relevantes no horizonte.

À semelhança do observado no período anterior, o contexto económico global em 2025 mantém-se condicionado por fragilidades estruturais, com desempenhos heterogéneos entre regiões. As economias avançadas apresentam um crescimento moderado, em torno de 1,5%, de acordo com o World Economic Outlook mais recente, refletindo o impacto cumulativo das políticas monetárias restrictivas, níveis elevados de endividamento e tensões comerciais persistentes. Nos Estados Unidos, a actividade económica continua a desacelerar de forma gradual, influenciada por taxas de juro ainda elevadas, embora sustentada pela resiliência do consumo e por investimentos estratégicos. Já na Zona Euro, o crescimento permanece tímido, pressionado por choques de oferta, custos de financiamento elevados e ajustes no setor industrial. Entre as economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento ronda ligeiramente acima dos 4%, ainda condicionado por condições financeiras externas mais restritas e vulnerabilidades regionais, mas beneficiando de alguma recuperação do comércio global e de fluxos de investimento reorientados.

De acordo com as projeções actualizadas do FMI, divulgadas em Julho de 2025, a economia mundial deverá crescer entre 3,0% e 3,2% em 2025 – valores que, embora ligeiramente superiores às estimativas iniciais, continuam abaixo das expectativas prévias ao agravamento das tensões comerciais e geopolíticas. A inflação global deverá continuar a diminuir, situando-se em torno dos 4,2% em 2025, apesar de permanecer acima das metas em grandes economias. Para as economias avançadas, o FMI antecipa um crescimento real do PIB de cerca de 1,5%, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento deverão crescer aproximadamente 4,0%, demonstrando alguma estabilidade face a 2025. Estes desenvolvimentos confirmam que, apesar de sinais de adaptação progressiva das economias às novas condições estruturais – incluindo realinhamento de cadeias de abastecimento e ajustamentos tarifários –, o cenário global em 2026 irá continuar a exigir políticas económicas prudentes, reforço institucional e elevada capacidade de adaptação por parte dos agentes económicos.

Crescimento do PIB (%) - Mundo



1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

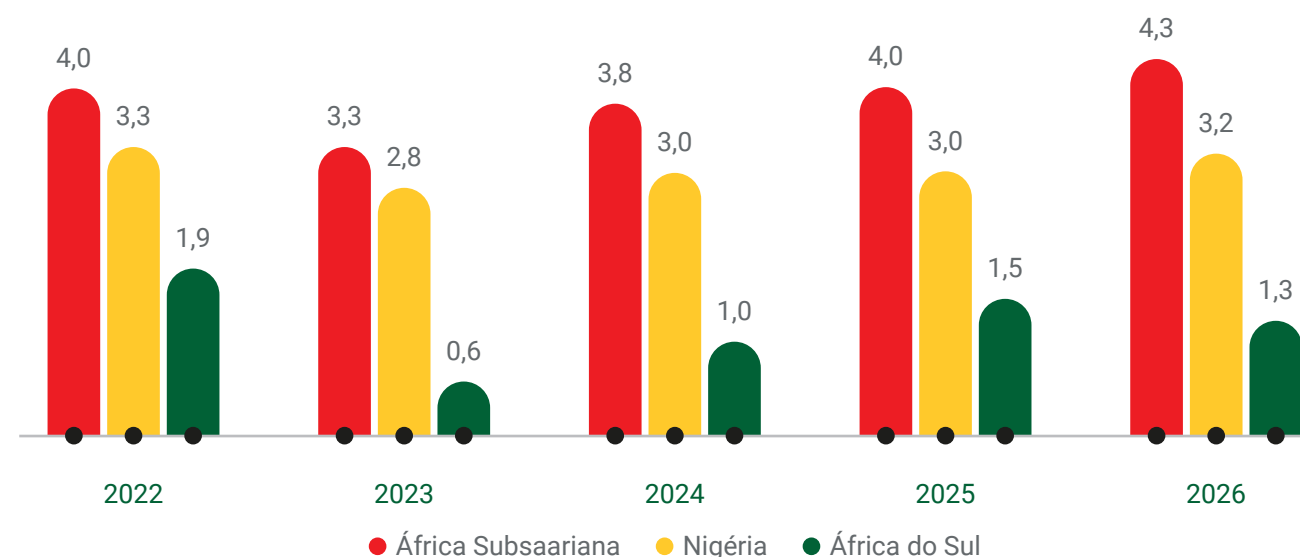
7. Demonstrações Financeiras

As projecções mais recentes do FMI para 2026 indicam que o PIB da África Subsaariana deverá crescer cerca de 4,3% em 2026 (o que representa um aumento de +0,3 pontos percentuais face a 2025). Este aumento projectado pelo FMI é assim sobretudo resultante uma combinação de factores que apontam para uma recuperação e maior dinamismo económico na região, nomeadamente os seguintes:

- **Alívio das Pressões Inflacionárias:** Espera-se que a inflação continue a desacelerar, impulsionada pela redução dos preços globais das commodities e pela estabilização dos mercados de energia e alimentos.
- **Reversão de Políticas Monetárias Restritivas:** A flexibilização gradual das políticas monetárias, que começaram a ser ajustadas em 2025, tenderá a melhorar as condições de crédito e estimular o consumo e os investimentos.
- **Maior Investimento em Infraestrutura:** Muitos países da região encontram-se no curso de direccionar esforços para projectos de infraestrutura (tanto em energia quanto em transportes) com apoio de instituições multilaterais e parcerias privadas.
- **Diversificação Económica:** As economias da África Subsaariana encontram-se a apostar em estratégias de diversificação, especialmente para reduzir a dependência de exportações de matérias-primas, o que poderá gerar crescimento em sectores como tecnologia, serviços e manufatura.
- **Melhoria na Gestão de Dívidas:** As iniciativas para renegociar e reestruturar dívidas externas estão a permitir a libertação de recursos para investimentos domésticos.

No entanto, o FMI alerta que o crescimento de 4,3% previsto para a África Subsaariana se encontra condicionado a factores como estabilidade política, resiliência frente às mudanças climáticas e a capacidade de atrair investimentos estrangeiros num cenário global ainda incerto.

Crescimento do PIB (%) - África



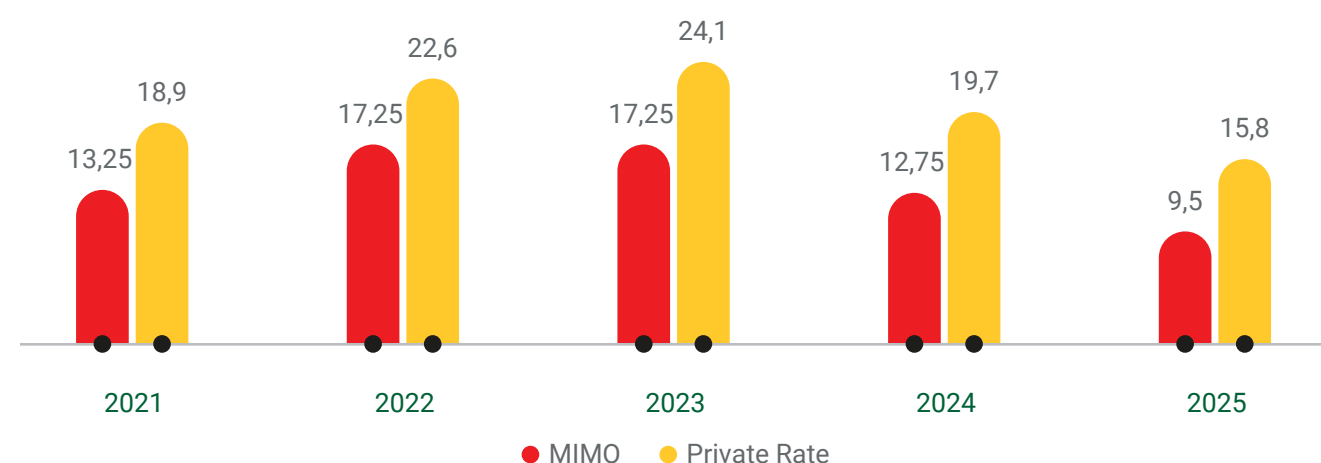
4.2. Economia Nacional

O ano de 2025 trouxe novos desafios e ajustamentos no contexto económico de Moçambique, num ambiente ainda condicionado pelos efeitos prolongados da inflação interna, pela volatilidade cambial e pelas tensões económicas herdadas do período pós-eleitoral. O Banco de Moçambique manteve uma actuação prudente e orientada para a estabilidade macroeconómica, reforçando medidas destinadas a controlar as pressões inflacionárias e assegurar o equilíbrio do sistema financeiro. A redução das reservas mínimas obrigatórias dos níveis historicamente elevados de 2024 – para 29,0% para passivos em moeda nacional e 29,5% para moeda estrangeira – desempenhou um papel central na contenção da liquidez excessiva. Embora eficaz no controlo da inflação, os elevados níveis das RMO's vinham a ser amplamente apontados como um dos factores determinantes da persistente escassez de moeda externa no mercado, pelo que durante o ano de 2025 o Banco Central optou por reduzir estes quocientes. Segundo

a CTA, o défice de divisas disponíveis para importações e pagamentos ao exterior continuou elevado, reflexo das restrições de liquidez verificadas nos Bancos Comerciais. Ao nível da inflação, verificamos que após atingir 4,15% durante o ano de 2024, a inflação em Moçambique para o ano de 2025 apresenta uma tendência decrescente. De acordo com o Banco de Moçambique, estima-se que a inflação anual de 2025 se situe em cerca de 3,23%.

Em termos da evolução das taxas de juro, e não obstante a redução observada nos níveis de inflação, o Banco de Moçambique adoptou em 2025 uma postura cautelosa, e alinhada com a política monetária menos restritiva. O Banco Central optou assim por reduzir gradualmente as principais taxas directoras durante o ano de 2025: verificamos que a taxa MIMO fechou o ano em cerca de 9,5%, sendo que a Prime Rate se posicionou em cerca de 15,8% no final do mês de Dezembro de 2025.

Taxas de Juro



No quadro social e político, destacam-se alguns eventos ocorridos durante o ano de 2025:

Janeiro de 2025 – Persistência da instabilidade pós-eleitoral e início de negociações políticas: O início de 2025 foi marcado pela continuação das tensões resultantes das Eleições Presidenciais realizadas em Outubro de 2024. Diversas regiões do País, especialmente centros urbanos, assistiram a manifestações em contestação aos resultados eleitorais. Em paralelo, foram iniciadas rondas de diálogo informal entre representantes do Governo e partidos da oposição, com o objectivo de reduzir tensões.

Março de 2026 – Downgrade do rating da Dívida de Moçambique pelas Agências Internacionais de Rating: No 1º trimestre de 2025 foi comunicado, pela Standard & Poor's, o downgrade adicional do rating da Dívida de Moçambique, de CCC- para SD – Selective Default. Este downgrade surge no contexto de protestos pós-eleitorais, e no seguimento do downgrade de CCC+ para CCC- observados em 2024.

Junho de 2025 – Celebração dos 50 anos da Independência: No dia 25 de Junho de 2025, Moçambique celebrou o seu 50.º aniversário da Independência, uma data simbólica que mobilizou eventos por todo o País. As comemorações destacaram a resiliência histórica do povo moçambicano e refletiram sobre os desafios contemporâneos, incluindo a recuperação económica, a coesão social e a necessidade de fortalecimento institucional. O marco do cinquentenário assumiu forte peso político e identitário, promovendo debates sobre o futuro do País.

Outubro a Dezembro de 2025 – Avanços limitados no setor de energia e gás natural e saída da Lista Cinzenta do GAFI: Em Dezembro de 2025, Moçambique entrou numa fase de maior confiança económica e institucional, impulsionada por dois acontecimentos decisivos. Por um lado, o País celebrou a sua retirada da Lista Cinzenta do GAFI, um marco alcançado após vários anos de reformas profundas no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo – reconhecimento for-

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

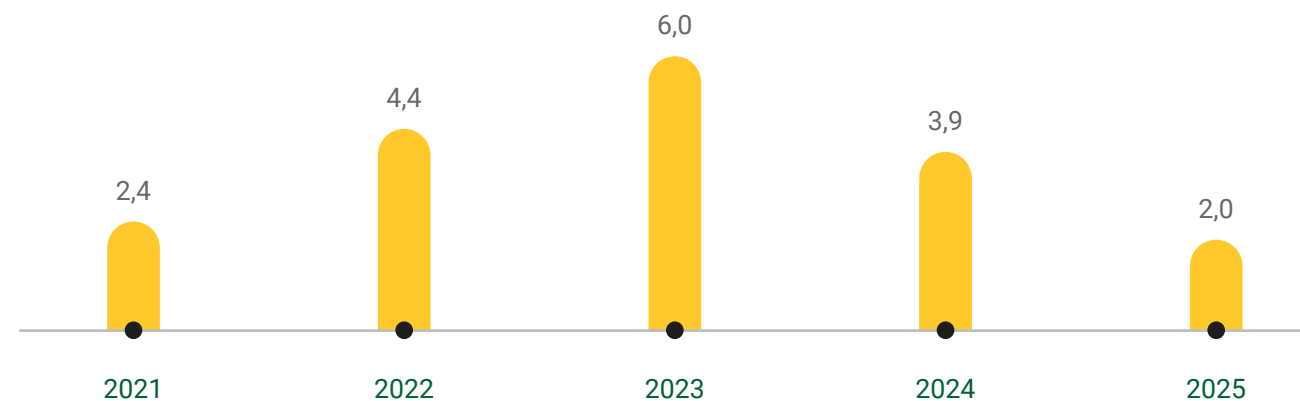
7. Demonstrações Financeiras

malizado pelo GAFI em Outubro de 2025 e amplamente visto como um avanço crucial para a credibilidade financeira externa e para a melhoria das condições de investimento. Por outro lado, assistiu-se à retoma efectiva dos grandes projectos de gás natural, na sequência do levantamento da força maior no projecto Mozambique LNG liderado pela TotalEnergies e pelo progresso noutros empreendimentos, como o Coral Norte, fortalecendo as perspetivas de recuperação económica e reforçando o potencial de receitas futuras para o Estado. Esses desenvolvimentos, combinados, reforçaram a percepção de estabilização gradual num ano marcado por desafios políticos e sociais, consolidando expectativas mais favoráveis para 2026.

O ano de 2025 manteve-se profundamente influenciado pelo prolongamento da crise pós-eleitoral de 2024. A polarização política gerou um clima de instabilidade que condicionou a confiança dos agentes económicos e acentuou vulnerabilidades sociais. O custo de vida permaneceu elevado, agravado pelas dificuldades de acesso a divisas e pela pressão sobre os preços de bens essenciais. Em Cabo Delgado, apesar de avanços estratégicos em segurança, a insurgência continuou a afetar comunidades locais, atrasando a normalização da província.

Em conjunto, estes factores criaram um ambiente de incerteza política e económica, limitando a velocidade de recuperação e afetando indicadores como o investimento direto estrangeiro, a criação de emprego e a execução de projetos estruturantes. Assim, 2025 consolidou-se como um ano de transição sensível, em que as dinâmicas sociais e políticas desempenharam papel determinante na evolução do País. Não obstante os eventos acima, verificamos que a economia Moçambicana se demonstrou resiliente. A nível nacional, e segundo dados do FMI, o desempenho real da economia Moçambicana evidencia um crescimento do PIB em cerca de 2,0%, sendo que este crescimento se deveu, maioritariamente, ao impacto dos sectores energético, mineiro e do gás natural (sobretudo na bacia do Rovuma).

Crescimento Real do PIB (%)



A taxa de câmbio USD / MT manteve-se estável durante todo o ano em cerca de 63,91. Por sua vez, o MT desvalorizou cerca de -14,6% face ao EUR, continuando a reflectir o comportamento de desvalorização do EUR face ao USD. Relativamente à taxa de câmbio com o país vizinho, África do Sul, verificamos que o MT desvalorizou também cerca de -14,6% face o ZAR.

Ao nível das contas públicas de Moçambique, as dificuldades orçamentais e estruturais mantiveram-se presentes em 2025: após o observado em 2024, o Tesouro continuou a registar alguns atrasos no pagamento de salários aos funcionários públicos, no pagamento a fornecedores de bens e serviços, e no serviço da dívida pública interna. Os atrasos pontuais verificados no pagamento de cupões e reembolso de Obrigações do Tesouro durante o ano de 2025, a elevada concentração de dívida pública a maturar em 2025 e o actual contexto de incerteza e instabilidade social e política no país, foram três dos factores que mais contribuíram para que as principais agências internacionais de notação financeira tenham comunicado uma descida do rating de Moçambique, tendo a agência S&P – Standard & Poors aplicado uma descida do rating de Moçambique para responsabilidades em moeda local de “CCC-/C” para “SD – Selective Default”.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

De destacar também a ocorrência de alguns fenómenos climáticos extremos no País: o final de 2025 e início de 2026, Moçambique enfrentou uma das épocas chuvosas mais severas dos últimos anos, marcada por chuvas torrenciais e cheias devastadoras que afetaram grande parte do território nacional. A partir de finais de Dezembro de 2025, precipitações excepcionalmente intensas provocaram inundações extensas, sobretudo nas províncias de Gaza, Maputo, Inhambane, Sofala e Zambézia, destruindo milhares de casas, isolando comunidades inteiras e causando perdas significativas de infraestruturas e terras agrícolas. Já em Janeiro de 2026, os impactos humanitários tornaram-se ainda mais graves: estima-se que mais de 500.000 pessoas tenham sido afetadas, com dezenas de milhares deslocadas para centros temporários, muitos deles sobrelotados. As condições precárias criaram riscos adicionais de surtos de doenças hídricas, desnutrição e interrupção de serviços essenciais, especialmente para crianças, agravando vulnerabilidades pré-existentes. Estas cheias, descritas pelas Nações Unidas e parceiros humanitários como uma emergência de rápida escalada, deixaram claro o enorme desafio climático que o país continua a enfrentar, exigindo esforços urgentes e coordenados de resposta e recuperação.

Os fenómenos climáticos mantêm-se assim uma vez mais como um dos principais obstáculos na melhoria das condições económicas e sociais da população moçambicana que habita no Norte do país, sendo crucial que se procurem soluções para endereçar o problema e adoptem medidas para mitigar os seus impactos e para apoiar a população e estimular o crescimento económico e social na região.

Perante esta conjuntura desafiante observada em 2025, e não obstante os desafios esperados para 2026, o Conselho de Administração do Futuro considera que o modelo de negócio em vigor, e as principais áreas de negócio se apresentam como sólidas, e resilientes.



1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

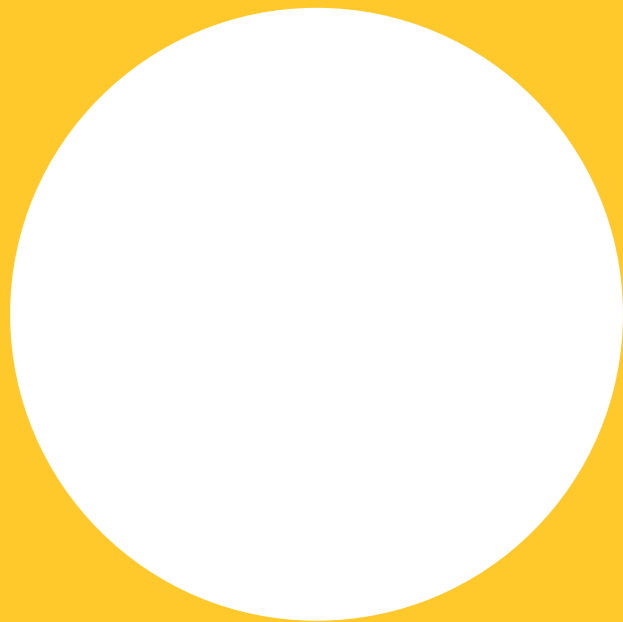
3. Enquadramento
da Gestão de Risco

**4. Enquadramento
Macroeconómico**

5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras



05.
**PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**



5.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, na sua reunião realizada no dia 26 de Março de 2026 deliberou, por unanimidade de votos, a aprovação sem reservas das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2025, auditadas pela PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada.

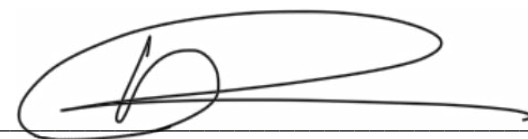
O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício no montante de MT 6.995.291 seja aplicado do seguinte modo:

- 30% (no montante de MT 2.098.587) para a conta de Reservas Legais
- 70% (no montante de MT 4.896.704) para a conta de Resultados Transitados

O Presidente do Conselho de Administração, em nome de todo o Conselho de Administração, agradece a todos os Clientes pela confiança depositada no Futuro, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2025 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, dedicação e tempo despendido durante este ano.

Os Administradores,

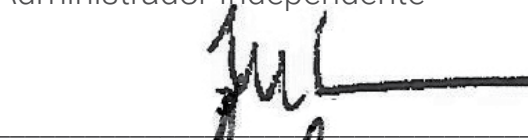
Nampula, aos 26 de Março de 2026



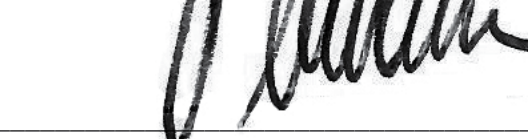
Pierre Alexandre Strauss
Presidente do Conselho de Administração



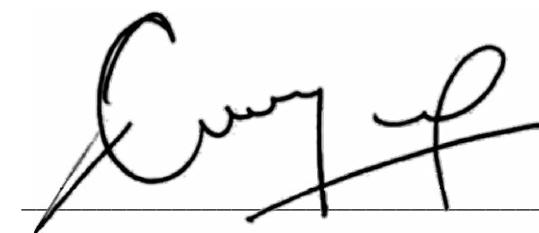
Mirko Manzoni
Administrador Independente



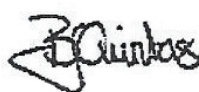
Israel Mucherá
Administrador



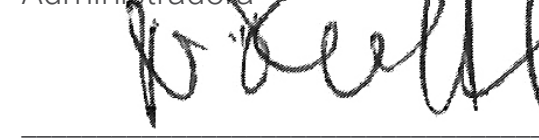
Klaus Maurer
Administrador



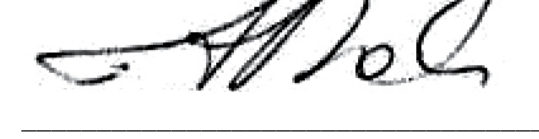
Eduardo Lucchesi
Administrador Delegado



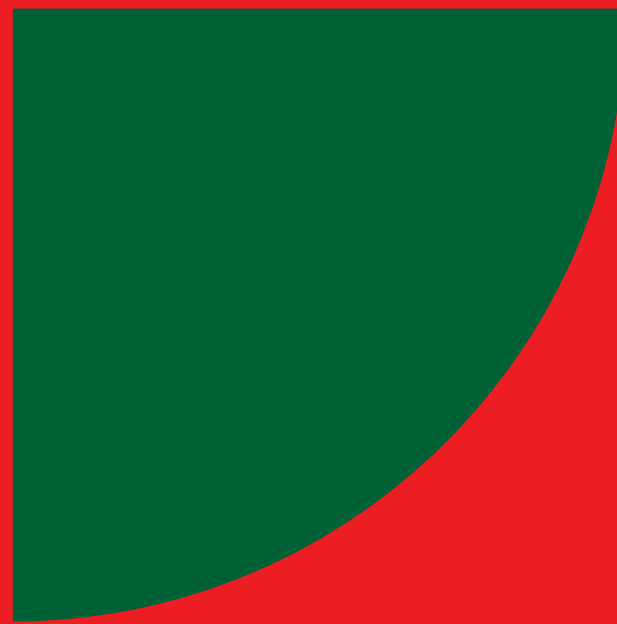
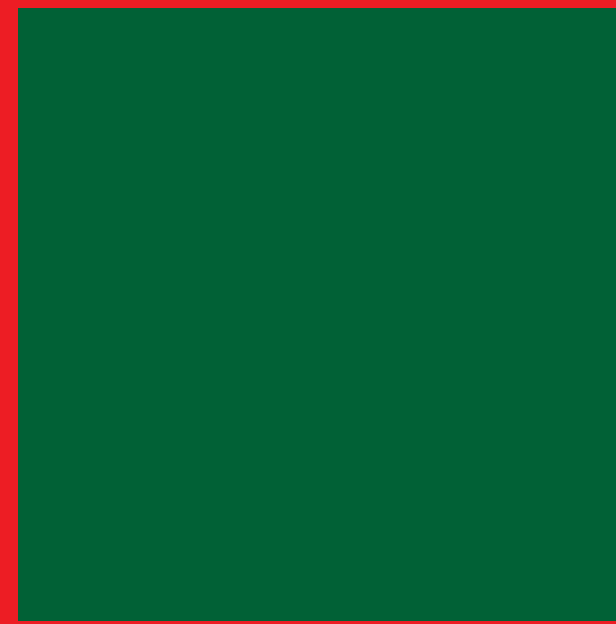
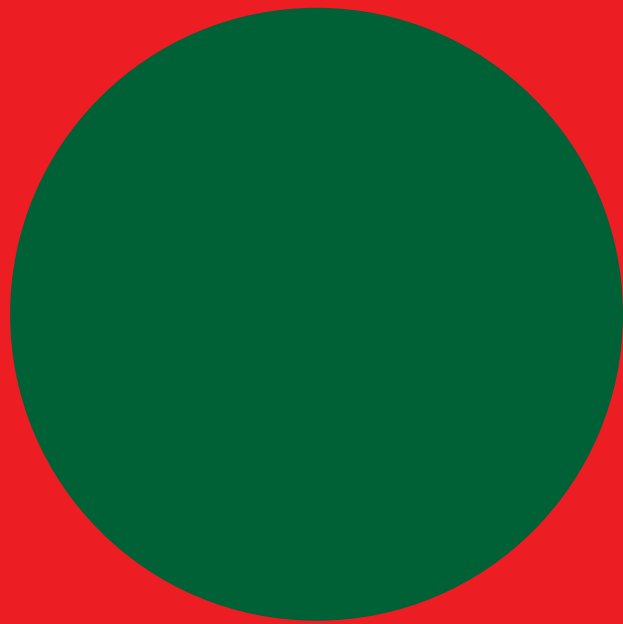
Bruna Michael Dias Gomes Quintas
Administradora



Norbert Jacques Emile Fuchs
Administrador



Ilaria Dali-Bernasconi
Administradora



06.
**RELATÓRIO
DO AUDITOR
INDEPENDENTE**



6. Relatório do Auditor Independente



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas do Futuro, MCB, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Futuro, MCB, S.A. (o Microbanco) em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do Futuro, MCB, S.A., apresentadas nas páginas 33 a 73, que compreendem:

- a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025;
- a demonstração do rendimento integral para o exercício então findo;
- a demonstração das variações em capital próprio para o exercício então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o exercício então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Microbanco de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no documento intitulado "Relatório de Contas 31 de Dezembro de 2025". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park, Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: mz_maputo@pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Número de matrícula: 101181995 - NUIT: 400005516 - Capital Social: 58.000,00 MZN



A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do Microbanco prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar o Microbanco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Microbanco.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Microbanco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Microbanco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Microbanco descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers - Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda.
Registada sob o nº 11/SAC/OCAM/2014, representada por:



João Veiga
Auditor Certificado 70/CA/OCAM/2014
Maputo, 30 de Março de 2026



RELATÓRIO E CONTAS 2025

1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

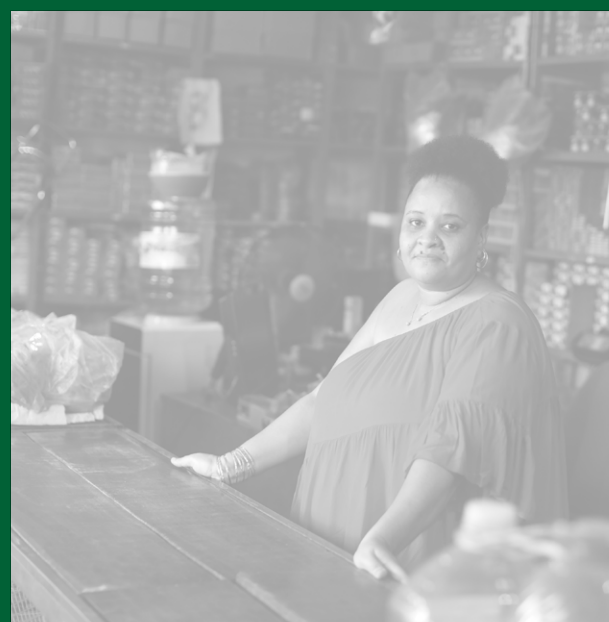
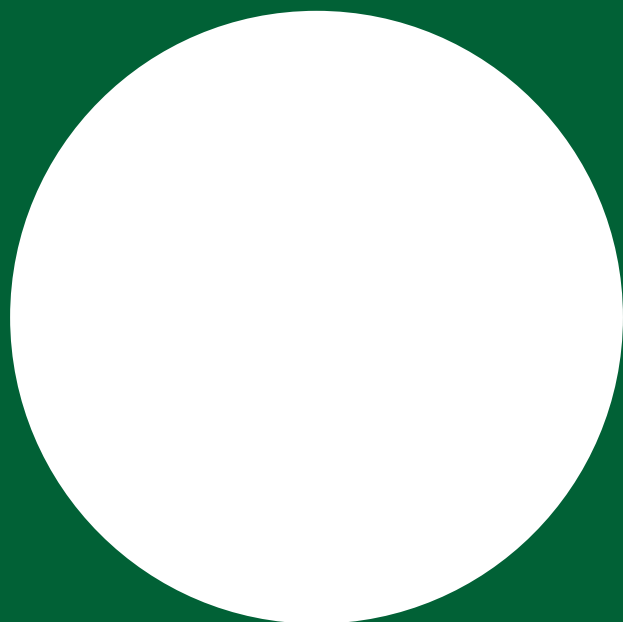
3. Enquadramento
do Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

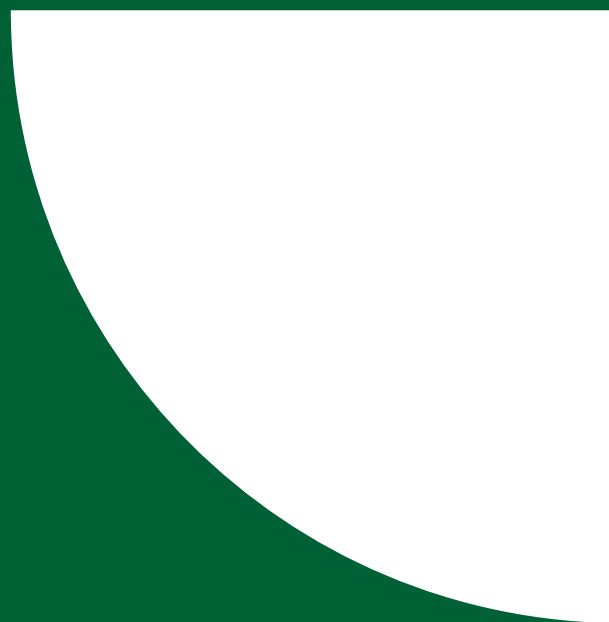
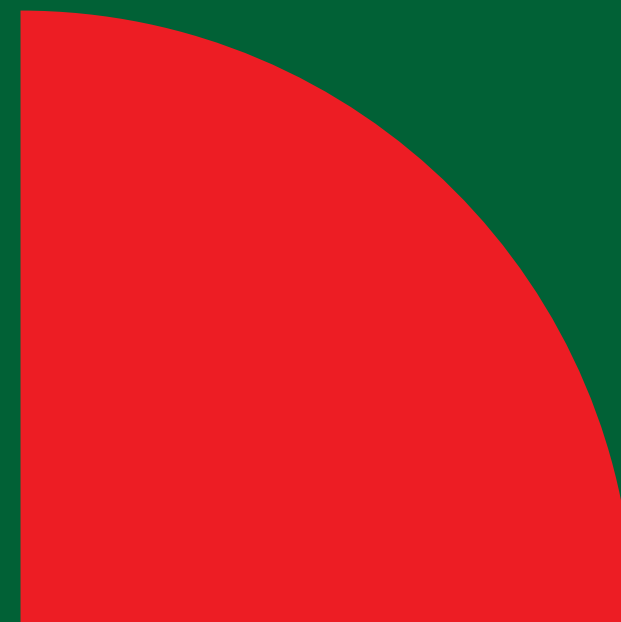
5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

**6. Relatório
do Auditor
Independente**

7. Demonstrações
Financeiras



07.
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



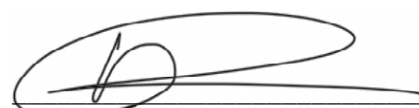
7. Demonstrações Financeiras

1. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro em 2025

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	NOTAS	2025	2024
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	11 063 387	15 665 774
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	24 548 038	14 574 424
Aplicações em instituições de crédito	8	42 749 141	55 519 250
Empréstimos e adiantamento a clientes	9	101 025 891	161 581 350
Outros activos	10	23 485 188	14 149 629
Activos por impostos correntes	27	9 805 172	-
Activos por impostos diferidos	27	12 747 423	-
Activos tangíveis e activo de direito de uso	11	13 521 628	17 003 987
Activos intangíveis		1 293 346	362 243
Total de activos		240 239 214	278 856 657
Passivos			
Depósitos de clientes	13	29 845 527	34 679 156
Empréstimos	14	64 131 987	96 114 753
Outros passivos	15	5 120 778	2 953 848
Credores e outros recursos	16	9 277 513	17 786 027
Imposto a pagar	27	-	2 454 755
Total de passivos		108 375 805	153 988 539
Capital próprio			
Capital	17	131 582 500	131 582 500
Reserva legal	18	7 493 037	5 073 550
Resultados transitados		(14 207 419)	(19 852 886)
Resultado do exercício		6 995 291	8 064 954
Total de capital próprio		131 863 409	124 868 118
Total de passivos e de capital próprio		240 239 214	278 856 657


Nazir Ismail

Técnico de contas


Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 36 a 70.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

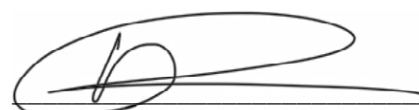
2. Demonstração do rendimento integral em 31 de Dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	2025	2024
Juros e rendimentos similares	19	54 640 597	84 060 605
Juros e encargos similares	19	(5 224 936)	(10 099 451)
Margem financeira		49 415 661	73 961 154
Rendimentos de serviços e comissões	20	5 621 668	9 260 206
Encargos com serviços e comissões	20	(1 695 109)	(2 715 026)
Serviços e comissões líquidas		3 926 559	6 545 180
Operações financeiras líquidas	21	(152 339)	(53 089)
Outros rendimentos operacionais	22	44 890 363	40 001 779
Rendimentos Operacionais		98 080 244	120 455 024
Imparidade líquida do exercício	23	(18 424 022)	(17 997 182)
Rendimentos Operacionais Líquidos		79 656 222	102 457 842
Gastos com pessoal	24	(53 449 060)	(51 316 888)
Outros gastos administrativos	25	(32 036 654)	(32 282 087)
Outros gastos operacionais	26	(569 027)	(1 121 264)
Depreciações e amortizações	11 e 12	(4 745 375)	(4 280 887)
Total de Custos Operacionais		(90 800 116)	(89 001 126)
Lucro antes de impostos		(11 143 894)	13 456 716
Imposto corrente	27	18 139 185	(5 391 762)
Total do resultado integral do exercício		6 995 291	8 064 954



Nazir Ismail

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 36 a 70.

1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
financeiras

3. Demonstração das variações em capital próprio em 31 de Dezembro de 2025

	CAPITAL SOCIAL	PREMIO DE EMISSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	RESERVA LEGAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 1 de Janeiro de 2024	107 800 000	23 782 500	(23 389 989)	3 557 649	5 053 004	116 803 164
Aplicação do exercício anterior	-	-	3 537 103	1 515 901	(5 053 004)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	8 064 954	8 064 954
Saldo a 31 de Dezembro de 2024	107 800 000	23 782 500	(19 852 886)	5 073 550	8 064 954	124 868 118
Aplicação do exercício anterior	-	-	5 645 467	2 419 487	(8 064 954)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	6 995 291	6 995 291
Saldo a 31 de Dezembro 2025	107 800 000	23 782 500	(14 207 419)	7 493 037	6 995 291	131 863 409

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

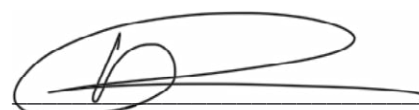
6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras



Nazir Ismail

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

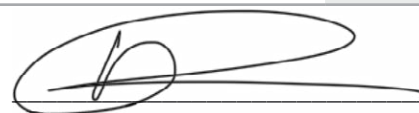
Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 36 a 70.

4. Demonstração de fluxos de caixa para o período em 31 de Dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	2025	2024
Actividades Operacionais			
Juros, comissões, trading de moeda e outros rendimentos recebidos		69 191 433	93 664 089
Juros, comissões e outros gastos pagos		(6 127 308)	(11 593 668)
Encargos com juros sobre locações		(792 737)	(1 220 808)
Pagamento a empregados e fornecedores		(87 281 017)	(85 946 514)
Pagamento de impostos		(6,868,165)	(6 513 879)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos		(31 877 794)	(11 610 780)
Diminuições / (aumento) em:			
Disponibilidades e Aplicações em intuições de crédito		12 782 000	(519 250)
Créditos a clientes		36 977 485	21 380 226
Outros activos		(3 833 461)	4 059 738
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais		45 926 024	24 920 714
(Diminuições) / Aumento em:			
Recursos de clientes		(4 833 629)	3 160 104
Outros passivos e credores		(5 068 790)	4 294 632
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais		(9 902 419)	7 454 736
Fluxo líquido das Actividades operacionais		4 145 811	20 764 670
Actividades de Investimento			
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis		(2 432 848)	(6 797 422)
Alienação de activos tangíveis e activos intangíveis		-	230 689
Fluxo líquido das actividades de investimento		(2 432 848)	(6 566 733)
Actividades Financiamento			
Pagamento de passivos por locação		(3 240 000)	(3 240 000)
Donativos		38 680 603	35 850 939
Empréstimos		(31 630 000)	(37 822 376)
Fluxo líquido das actividades de financiamento		3 810 603	(5 211 437)
Efeitos de alteração de taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(152 339)	(53 089)
Aumento de caixa e seus equivalentes		5 371 227	8 933 411
Caixa e seus equivalentes no início do período	Nota 4	30 240 198	21 306 787
Caixa e seus equivalentes no fim do período	Nota 4	35 611 425	30 240 198


Nazir Ismail

Técnico de contas


Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 37 a 70.

5. Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Introdução

O Futuro Mcb, S.A. é uma Instituição Financeira focada em microfinanças, constituída em Nampula, Moçambique, em Maio de 2017. O Futuro exerce a sua actividade com a autorização do Banco Central de Moçambique e recebe apoio do governo suíço através da Agência de Cooperação Suíça em Moçambique (SDC) para ajudar no crescimento do sector financeiro moçambicano em áreas rurais e urbanas.

O objectivo do Futuro é fornecer serviços financeiros de alta qualidade e adaptados às necessidades da população não bancarizada, em particular micro e pequenas empresas, na zona Norte de Moçambique. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e serão apresentadas para aprovação pelos accionistas.

A Direcção Executiva acredita que as demonstrações financeiras refletem com precisão a posição financeira e o desempenho do Futuro, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O objectivo diário do Futuro é promover o crescimento económico em Moçambique e apoiar famílias através do acesso a microcrédito simples e rápido.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2026 e serão submetidas à aprovação pelos accionistas em Assembleia Geral em 27 de Abril de 2026. Na opinião do Conselho de Administração estas demonstrações financeiras reflectem, de forma verdadeira e apropriada, as operações do Futuro bem como a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Aviso nº. 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2017, do Banco de Moçambique, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF's).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico e sem modificações pela aplicação do justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF's requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo Futuro, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade, ou em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 3.

Princípio da continuidade

O Futuro apresenta um prejuízo acumulado de MT -14.207.418 com referência a 31 de Dezembro de 2025, tendo registado um proveito no exercício no montante de MT 6 995 291. O Capital Social de 107.800.000 MT é superior ao mínimo exigido pelo Banco de Moçambique, e o rácio de solvabilidade é de 82,45%, acima do mínimo legalmente exigível.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

Na avaliação do princípio da continuidade, o Conselho de Administração do Futuro analisou as perspectivas de rentabilidade e de liquidez do negócio, e não prevê qualquer situação de incumprimento com as suas responsabilidades nos próximos 12 meses. Deste modo, a avaliação da continuidade preparada pelo Conselho de Administração é positiva, não havendo conhecimento de incertezas relevantes que possam ameaçar a continuidade das operações do Futuro nos próximos 12 meses. Como resultado, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

2.2. Normas adoptadas em 01 de Janeiro de 2025

Janeiro de 2025, são as descritas abaixo.

Estas alterações às normas IFRS aplicáveis (que entraram em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2025) são as seguintes:

- Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Falta de permutabilidade (1 de Janeiro de 2025);

Importa salientar que as alterações acima listadas não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do Futuro com referência a 31 de Dezembro de 2025.

2.3. Novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas à data de emissão das demonstrações financeiras, são as descritas abaixo. Não é expectável que estas alterações às normas IFRS aplicáveis (que entrarão em vigor a partir das respectivas datas efectivas) impactem materialmente as demonstrações financeiras:

- Alterações à Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (01 de Janeiro de 2026)

- Alterações a IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis (01 de Janeiro de 2026)
- Melhorias anuais às IFRS - Volume 11 (01 de Janeiro de 2026)
- IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras (01 de Janeiro de 2027)

A Administração do Futuro não espera que a adopção desses pronunciamentos venha a ter um impacto material nos resultados, situação financeira e fluxos de caixa futuros.

2.3. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.3.1. Transacções em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os montantes divulgados nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que o Futuro opera, designada por moeda funcional, que é o Metical. Nesse contexto, a apresentação destas demonstrações financeiras é feita em Meticais, sendo que todos os montantes em moeda estrangeira são convertidos em Meticais.

(ii) Transacções e saldos

As transacções em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional (Metical) utilizando as taxas de câmbio em vigor na data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento e recebimento das transacções, bem como da conversão dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira à taxa de câmbio em vigor na data da posição financeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral do exercício, na rubrica de “Operações financeiras líquidas”.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

(iii) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para converter os saldos expressos em moeda estrangeira com referência a 31 de Dezembro foram as seguintes:

	2025	2024
USD	63,91	63,91

2.3.2. Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique e OIC

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

2.3.3. Disponibilidades em outras instituições de crédito

As disponibilidades em outras instituições de crédito incluem os depósitos em outros bancos nacionais, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

2.3.4. Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Futuro se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Futuro se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Futuro o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Futuro reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração do rendimento integral do exercício quando os “inputs” se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo e são reconhecidos ao custo amortizado, através dos seguintes critérios:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter futuros fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o capital em dívida.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

v) Empréstimos de accionistas

Após o reconhecimento inicial os empréstimos e outros recursos de accionistas são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

vi) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

vii) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i. Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O Futuro desconhece um activo financeiro, tal como um empréstimo ou adiantamento a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, cuja diferença é reconhecida como um ganho ou perda do período, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados no Stage 1 para efeitos de determinação da ECL (Perda de Crédito Esperada), a menos que o novo empréstimo seja considerado POCI (Purchased or originated credit impaired)

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando se observar:

- Mudança da moeda do empréstimo
- Introdução de um instrumento de capital
- Alteração na contraparte
- Se as alterações contractuais levarem a que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI.

ii. Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O Futuro também desreconhece os activos financeiros se se observar a transferência do activo financeiro e a transferência se qualificar para o desreconhecimento.

O Futuro transfere o activo financeiro se:

- Transferiu os seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- O Futuro retém os direitos sobre os fluxos de caixa futuros, mas assumiu uma obrigação de pagar, integralmente, o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo entre as mesmas.

viii) Juros, rendimentos e gastos similares

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta, no momento do reconhecimento inicial, os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ix) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Futuro obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. Estes rendimentos são obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a concessão de crédito.

2.3.5. Imparidade de activos financeiros

A NIRF 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, deixa de ser necessária a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas (ECL) com base na informação futura, substituindo o modelo histórico de perdas incorridas.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3). Os activos financeiros sujeitos a imparidade devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito:

Stage 1: Performing - Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento. O valor das perdas esperadas resulta de eventos de “default” que venham a ocorrer nos 12 meses seguintes.

Stage 2: Under-performing - Os activos financeiros para os quais se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de default que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto.

Stage 3: Non-performing - Os activos financeiros com evidência objetiva de imparidade (*default*) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos activos aqui classificados. Para estes activos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

Por forma a garantir que a mensuração da imparidade dos activos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras seja adequada, transparente e alinhada com os princípios de práticas prudenciais e regulamentares, a mensuração da imparidade de crédito em vigor no Futuro baseia-se no modelo de Perda de Crédito Esperada (ECL), que é apurada do seguinte modo:

$$ECL = PD * LGD * EAD$$

Os parâmetros considerados na fórmula de cálculo acima definida podem ser definidos do seguinte modo:

- i. **Probabilidade de Default (PD)** – a Probabilidade de Default é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. Este “estado” irá reflectir-se na classificação de imparidade do crédito.
- ii. **Loss Given Default (LGD)** – a Loss Given Default, ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Futuro espera perder quando

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

esse crédito entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de “default”, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.

iii. **Exposure at default (EAD)** – Exposure at default, ou exposição na maturidade, é o montante devido ao Banco por determinado cliente, no momento do incumprimento.

Metodologia de Cálculo da Perda de Crédito Esperada

Para efeitos do cálculo de cada parâmetro acima identificado, o Futuro tem em vigor a seguinte metodologia:

Probabilidade de Default (PD) – a probabilidade de incumprimento num determinado horizonte temporal é calculada considerando os estágios do crédito, que são coeficientes calibrados com dados históricos de incumprimento. A PD será definida com base na análise estatística de incumprimento dos clientes, considerando factores temporais, de risco sectoriais e históricos de atrasos. A PD será actualizada periodicamente para reflectir variações nas condições de mercado e no perfil de risco da carteira de crédito.

As características e os coeficientes de provisionamento de cada estágio encontram-se definidas do seguinte modo:

Stage 1: Activos financeiros em que não houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. O coeficiente aplicado é de 30%. A perda esperada é medida para 12 meses.

Stage 2: Activos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas sem indicação de perda de crédito incorrida. O coeficiente aplicado é de 100%. A perda esperada é medida para toda a vida do activo.

Stage 3: Activos financeiros considerados inadimplentes. O coeficiente aplicado é de 100%. A perda esperada é reconhecida integralmente para a vida do activo, com redução do valor contabilístico e reconhecimento de juros sobre o valor líquido de imparidade.

Loss Given Default (LGD) – a Loss Given Default é calculada levando em consideração a taxa de recuperação histórica dos créditos em tribunal nos últimos cinco anos, tendo em consideração também o impacto de alguns indicadores macroeconómicos, nomeadamente (a) a taxa de câmbio do Metical face ao Dólar Americano, (b) a taxa de inflação anual associada ao IPC – Índice de Preços no Consumidor e (c) a taxa de juro do mercado interbancário de Moçambique (taxa MIMO). De notar que, para todos estes indicadores considerados no cálculo da LGD, a respectiva fonte considerada é a informação publicada pelo Banco de Moçambique.

Deste modo, a metodologia de cálculo do parâmetro LGD é a seguinte:

$$LGD = TR * CR$$

TR = Taxa de recuperação baseada no desempenho de recuperação em tribunal dos últimos 5 anos.

CR = Coeficiente de risco em relação aos indicadores Macroeconómicos.

$$CR = P1 * \frac{\text{cambio}}{\text{cambiomax}} + P2 * \frac{\text{inflação}}{\text{inflaçãomax}} + P3 * \frac{\text{taxajuro}}{\text{taxajuromax}}$$

P = Pesos (são calculados com indicadores com maior impacto no modelo de negócio do Futuro).

Cambio = Cambio médio corrente.

Cambiomax = Maior cambio médio nos últimos 5 anos.

Inflação = Inflação corrente.

Inflaçãomax = Maior inflação nos últimos 5 anos.

Taxajuro = Taxa de juro corrente.

Tajajuromax = Maior taxa juro nos últimos 5 anos.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

Reconhecimento e Mensuração

O reconhecimento do ECL – Expected Credit Loss (i.e. da perda por imparidade sobre activos financeiros) é feito mensalmente em cada data de reporte financeiro, reflectindo a actualização do modelo de cálculo de imparidades de crédito acima descrito.

2.3.6. Activos tangíveis e activos de direito de uso

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos sempre e quando representarem montantes significativos.

O Direito de Uso dos contratos de locação financeira (nos quais o Futuro se posiciona como locatário) são apresentados conjuntamente com os equipamentos na demonstração da posição financeira, sendo as respectivas depreciações apuradas de forma linear, durante o período / a duração do contrato de locação.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais

dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da demonstração da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

ACTIVOS	ANOS DE VIDA ÚTIL
Obras em edifícios arrendados	5 - 50 anos
Mobiliários e equipamentos	3 -12 anos
Veículos	4 - 5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Maquinas e Ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	3 - 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e, quando necessário, para registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro para que as depreciações contabilizadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O desreconhecimento de um activo tangível é efectuado quando ele é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento é incluído em “Outros rendimentos operacio-

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

nais” (ou em “Outros gastos operacionais”) na demonstração do rendimento integral do período em que o activo é desreconhecido.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo e reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

2.3.7 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme indicado nos parágrafos seguintes.

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo os custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis após a dedução dos descontos comerciais; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, o Futuro valoriza os seus activos intangíveis pelo modelo do custo, conforme preconizado pela NIC 38 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

O Futuro determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. Os

activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante a vida útil estimada.

2.3.8 Imparidade de activos não financeiros

O Futuro realiza os testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual o activo não financeiro se encontra registado nas demonstrações financeiras não é recuperável. Sempre que o valor recuperável apurado é inferior ao valor contabilístico dos activos, o Futuro avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se assim for regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para determinar a existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo dos fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de uma imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.2.9 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

Os prémios de emissão são contabilizados sempre que um accionista subscreve novas acções, a um preço superior do seu valor nominal. Como tal, os prémios de emissão contabilizados correspondem à diferença entre o valor de subscrição pago pelos accionistas historicamente e o valor nominal das acções do Futuro à data da aquisição. Esta componente de Capital Social é apresentada separadamente na conta de capital próprio.

2.3.10 Impostos

a) *Impostos correntes*

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores são estimados com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data da demonstração da posição financeira.

b) *Impostos diferidos*

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data da demonstração da posição financeira entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial de goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento

de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

2.3.11 Locações

No momento de celebração de um novo contrato, o Futuro avalia se o mesmo é um contrato de locação, ou se contém uma locação (i.e. se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração).

Futuro como locatário

O Futuro aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os contratos de locação, excepto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de activos de baixo valor. O Futuro reconhece passivos de locação financeira para efectuar pagamentos de locação e activos de direito de uso que representam o direito de usar

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

os activos subjacentes. Esta contabilização encontra-se de acordo com o preconizado na NIRF 16.

Activos de direito de uso

O Futuro reconhece activos de direito de uso na data de início do contrato (ou seja, a data em que o activo subjacente está disponível para uso). Os activos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer mensuração dos passivos de locação. O custo dos activos de direito de uso inclui a quantia de passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos de locação efetuados na data ou antes da data de início, menos quaisquer incentivos de locação recebidos. Os activos de direito de uso são depreciados pelo método linear ao longo da duração do contrato.

O prazo dos contratos varia de um a dez anos, sendo geralmente automaticamente renováveis. Os contratos de locação em vigor são destinados a (i) aluguer da Agência e da Sede do Futuro e (ii) aluguer de armazém para equipamentos e bens.

Os activos de direito de uso estão apresentados na Nota 12 Activos tangíveis e activos de direito de uso e estão sujeitos a perdas por imparidade de acordo com a política do Futuro, conforme descrito na Nota 2.2.9 Imparidade de activos não financeiros.

Passivos de locação

Na data de início do contrato de locação, o Futuro reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação a serem efectuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos de locação são descontados com base na taxa de juro anual associada (que corresponde à Prime Rate na data do contrato). Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos), pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos de locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo

Futuro e pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato reflectir o exercício da opção de rescisão. Pagamentos de renda variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que acciona o pagamento.

O passivo de locação encontra-se apresentado na Demonstração da posição financeira na linha dos “Outros passivos”.

2.3.12 Donativos

O Futuro reconhece os donativos como proveitos diferidos na demonstração da posição financeira, e transfere para receitas quando as condições contratuais são satisfeitas. O ganho é assim reconhecido em resultados quando a despesa associada ocorre. Deste modo, o ganho e / ou a perda é reconhecido(a) na demonstração do rendimento integral do exercício numa base sistemática de acordo com as condições subjacentes aos donativos. Caso não existam condições contratuais subjacentes aos donativos recebidos, os proveitos são reconhecidos no momento de recebimento dos donativos.

3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Futuro são avaliados de uma forma contínua, representando a melhor estimativa do Conselho de Administração à data de cada relato, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a divergir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na alínea 2.2.5) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na NIRF 9.

Impostos sobre lucros (IRPC)

O Futuro encontra-se sujeito ao apuramento de impostos sobre lucros de cada exercício (ver nota 28 – Imposto sobre o rendimento). Por forma a determinar o montante global de impostos sobre os lucros (IRPC) torna-se necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Dado que existem diversas transacções, cálculos e pressupostos subjacentes à determinação dos impostos a pagar, o montante de imposto apurado em cada exercício figura como uma estimativa contabilística.

Os impostos diferidos activos apenas são contabilizados na medida em que existem perspectivas de recuperação dos mesmos por via de lucros fiscais dentro do horizonte definido legalmente de 5 anos. Nos casos em que a Gestão não considera a existência de lucros fiscais futuros dentro desse horizonte, que permita a recuperação dos montantes de activos por impostos diferidos a reconhecer, os mesmos não serão reconhecidos, em linha com o previsto na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável preparado anualmente pelo Banco durante um período de cinco anos, após a conclusão do respectivo exercício. Desta forma, é possível que se observem correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. De salientar que, pela sua reduzida probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na Demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2025	2024
Caixa e disponibilidades	7	11 063 387	15 665 774
Depósitos bancários	8	24 548 038	14 574 424
		35 611 425	30 240 198

5. Novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor

As políticas contabilísticas adoptadas no presente exercício são consistentes com as utilizadas no exercício anterior.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

6. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

No período findo em 31 de Dezembro de 2025, a decomposição da rubrica de Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais é como segue:

CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	2025	2024
Caixa moeda nacional	670 089	435 532
Caixa moeda estrangeira	574 321	634 577
Disponibilidades no Banco de Moçambique	9 818 977	14 595 665
	11 063 387	15 665 774

Os montantes em Caixa (em moeda nacional e em moeda estrangeira) correspondem aos montantes disponíveis na tesouraria para fazer face aos desembolsos e levantamentos de clientes. As disponibilidades no Banco de Moçambique correspondem às Reservas Mínimas Obrigatórias, apurada com base no saldo total dos Depósitos de clientes.

A redução observada em 2025 (quando comparado com 2024) resulta do facto de que, após aumento das Reservas Mínimas Obrigatórias comunicado pelo Banco de Moçambique em 2023, em 2025 as mesmas sofreram uma redução de 39,0% (para os depósitos denominados em moeda nacional) e 39,5% (para os depósitos denominados em moeda estrangeira) para 29,0% e 29,5%, respectivamente.

7. Disponibilidades em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2025, a decomposição da rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito é como segue:

DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2025	2024
Moeda nacional	23 549 630	12 735 303
Moeda estrangeira	998 408	1 839 121
	24 548 038	14 574 424

O saldo da rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas do Futuro junto de outros Bancos, nomeadamente, BIM – Banco Internacional de Moçambique e Standard Bank Moçambique, bem como M-Pesa e E-Mola (serviços financeiros móveis). O saldo apresentado reflete a disponibilidade em moeda nacional e estrangeira, convertida em moeda funcional.

8. Aplicações em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2025, a decomposição da rubrica de aplicações em instituições de crédito é como segue:

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2025	2024
Depósitos a prazo – Standard Bank	600 000	600 000
Depósitos a prazo – Millennium BIM	42 149 141	54 919 250
	42 749 141	55 519 250

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

O depósito a prazo constituído junto do Standard Bank corresponde a um depósito em moeda nacional, mobilizado anualmente conforme observado em 2025 (e historicamente). O depósito a prazo constituído junto do Millennium BIM corresponde a um depósito em moeda estrangeira (USD), no montante de cerca de USD 650.000, tendo o mesmo sido convertido para moeda nacional com base no câmbio à data de 31 de Dezembro de 2025. Este depósito a prazo foi constituído pela gestão com vista a cobrir parcialmente a exposição do recurso contraído junto do IFAD (em 2023), que à data de 31 de Dezembro de 2025 apresenta uma exposição no montante de cerca de USD 1.000.000 (conforme detalhado na nota 14).

Os juros gerados por estes depósitos a prazo são devidamente contabilizados na Margem Financeira, na rubrica de Juros e rendimentos similares.

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os créditos a clientes correspondem a empréstimos concedidos a clientes. Em 31 de Dezembro de 2025, a carteira de clientes encontrava-se distribuída da seguinte forma:

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A CLIENTES	2025	2024
Empréstimos a clientes	113 863 243	185 357 425
Juros a receber	1 169 596	3 071 636
Exposição bruta	115 032 839	188 429 061
Imparidade acumulada	(14 006 948)	(26 847 711)
	101 025 891	161 581 350

A redução de MT -60.555.459 observada na rubrica de Empréstimos e adiantamentos a clientes durante o ano de 2025 deve-se sobretudo a dois efeitos: (i) redução de MT -73.396.222 no montante de Exposição Bruta, em resultado sobretudo de write-offs contabilizados no exercício, bem como do reembolso parcial de créditos em carteira durante o exercício e das dificuldades na concessão de novos créditos em resultado do contexto social e político pós-eleições Presidenciais observado no País; e (ii) reversão da imparidade acumulada em cerca de MT 12.840.764, muito em linha com o impacto dos write-offs do exercício acima referidos.

O movimento da imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

MOVIMENTO DE IMPARIDADE DE CRÉDITO	2025	2024
Saldo de abertura a 1 de Janeiro	26 847 711	16 806 398
Imparidade do exercício	18 424 022	17 997 182
Créditos abatidos	(31 264 785)	(7 955 869)
Saldo a 31 de Dezembro	14 006 947	26 847 711

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

MOVIMENTO DE IMPARIDADE DE CRÉDITO	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	TOTAL
Quantia escriturada a 1 de Janeiro	3 024 915	1 768 169	22 054 627	26 847 711
Stage 1				
Transferências de estágio 2 para 1	114 001	(114 001)	-	-
Transferências de estágio 3 para 1	411 200	-	(411 200)	-
Stage 2				
Transferências de estágio 1 para 2	(493 237)	493 237	-	-
Transferências de estágio 3 para 2	-	-	-	-
Stage 3				
Transferências de estágio 1 para 3	(1 157 263)	-	(1 157 263)	-
Transferências de estágio 2 para 3	-	(653 313)	653 313	-
Créditos abatidos	-	-	(31 264 785)	(31 264 785)
Aumento / (reversões) de imparidade	6 665 692	-268 034	12 026 363	18 424 021
Saldo final a 31 de Dezembro 2025	8 565 308	1 226 058	4 215 582	14 006 947

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas num período de 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3), conforme explicado na nota 2.2.5.

10. Outros activos

O detalhe dos outros activos em 31 de Dezembro de 2025 é como segue:

OUTROS ACTIVOS	2025	2024
Devedores e outras aplicações	10 564 987	3 651 112
Despesas com encargo diferido	2 465 657	3 295 885
Activos recebidos em dação	10 454 544	7 202 632
	23 485 188	14 149 629

Na rubrica “Devedores e outras aplicações” encontram-se registados sobretudo montantes relativos a comissões de seguros a receber da Hollard de MT 2.617.612. Adicionalmente, a rubrica contabiliza juros corridos / diferidos sobre os depósitos a prazo no Standard Bank e no Millennium BIM, bem como outros saldos a receber da Hollard Moçambique.

As Despesas com encargo diferido são sobretudo compostas por custos com comissões administrativas sobre o empréstimo obtido junto ao IFAD (a serem reconhecidos mensalmente) no montante de MT 709.500 e outros montantes relativos a encargos de seguros (pagos anualmente) e a rendas relativas a contratos de locação financeira (pagas trimestralmente).

Os activos recebidos em dação são activos recebidos pelo Futuro em resultado da execução de garantias associadas a contratos de crédito que entraram em incumprimento, conforme acordado contratualmente no momento do deembolso. O saldo de 2025 é sobretudo composto por imóveis no montante de MT 9.654.544 e equipamento no montante de MT 800.000.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

11. Activos tangíveis e Activos de direito de uso

Os movimentos registados em activos tangíveis foram como segue:

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	TERRENOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVOS	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Custo							
Saldo a 01 de Janeiro 2024	1 442 966	-	4 605 180	7 639 745	7 408 217	15 441 500	36 537 608
Adições	87 765	1 300 000	235 492	2 099 798	2 997 080	-	6 720 135
Abates	-	-	(733 947)	(1 279 299)	(1 757 860)	(840 983)	(4 612 088)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2024	1 530 731	1 300 000	4 106 725	8 460 244	8 647 437	14 600 517	38 645 654
Adições	-	-	751 555	379 040	-	-	1 130 595
Abates	-	-	-	(96 638)	-	-	(96 638)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2025	1 530 731	1 300 000	4 858 280	8 742 646	8 647 437	14 600 517	39 679 611

1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	TERRENOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVOS	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Amortizações							
Saldo a 01 de Janeiro 2024	(174 644)	-	(723 145)	(5 360 046)	(4 854 472)	(9 563 642)	(20 675 949)
Depreciações do exercício	(104 335)	-	(189 926)	(1 562 044)	(1 259 150)	(1 638 806)	(4 754 261)
Abates	-	-	145 506	1 584 789	2 048 338	9 910	3 788 543
Saldo a 31 de Dezembro 2024	(278 979)	-	(767 565)	(5 337 301)	(4 065 284)	(11 192 538)	(21 641 667)
Depreciações do exercício	(370 676)	-	(1 174 143)	(256 703)	(1 085 899)	(1 628 896)	(4 516 316)
Abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2025	(649 655)	-	(1 941 708)	(5 594 003)	(5 151 183)	(12 821 434)	(26 157 983)
Valor líquido contabilístico							
Saldo de Dezembro de 2024	(1 251 752)	1 300 000	3 339 160	3 122 943	4 582 153	3 407 979	17 003 987
Saldo de Dezembro de 2025	(881 076)	1 300 000	2 916 572	3 148 643	3 496 254	1 779 083	13 521 628

1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

Abaixo apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com contratos de locação financeiras (i.e. Passivo de Locação), conforme incluído na nota 16 – Credores.

PASSIVO DE LOCAÇÃO	2025	2024
Saldo a 01 de Janeiro	5 668 799	8 528 974
Adições	-	(840 983)
Acréscimo de juros	792 737	1 220 808
Pagamentos	(3 240 000)	(3 240 000)
Em 31 Dezembro	3 221 536	5 668 799

O cálculo do passivo de locação é feito de acordo com a política contabilística divulgada na secção 2.2.7. As análises das maturidades dos passivos de locação financeira estão divulgadas na nota 33.b.

12. Activos intangíveis

O saldo dos Activos Intangíveis respeita à aquisição, produção e desenvolvimento dos sistemas de tratamento automático de dados (*software*) adquirido para as actividades do Futuro.

Os movimentos registados na rubrica Activos intangíveis foram como se segue:

	SOFTWARE	TOTAL
Activo Bruto		
Saldo a 31 de Dezembro 2021	634 271	634 271
Adições	77 285	77 285
Abates	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2025	711 556	711 556
Adições	1 157 880	1 157 880
Saldo a 31 de Dezembro 2025	1 869 436	1 869 436

	SOFTWARE	TOTAL
Amortizações acumuladas		
Saldo a 01 de Janeiro de 2024	(213 092)	(213 092)
Amortizações do exercício	(164 971)	(164 971)
Abates	28 749	28 749
Saldo a 31 de Dezembro 2024	(349 313)	(349 313)
Amortizações do exercício	(229 059)	(229 059)
Abates	2 280	2 280
Saldo a 31 de Dezembro 2025	(576 092)	(576 092)
Valor líquido contabilístico (VLC)		
Saldo a 31 de Dezembro 2024	362 245	362 245
Saldo a 31 de Dezembro 2025	1 293 346	1 293 346

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações financeiras

O Futuro regista nesta rubrica o *software* e as despesas iniciais suportadas até à sua utilização em pleno. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada que em geral corresponde a um período de 4 anos. Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

No que concerne ao tempo vida útil dos activos, foram aplicáveis as seguintes:

TIPOLOGIA DE ACTIVOS	ANOS DE VIDA UTIL
Obras em edifícios arrendados	5 - 50 anos
Mobiliários e equipamentos	3 -12 anos
Veículos	4 - 5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Maquinas e ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	3 - 10 anos

13. Depósitos de clientes

Nesta rubrica, encontra-se o montante correspondente ao total dos depósitos obrigatórios que são fundos de garantia depositados por clientes com empréstimos e depósitos voluntários de clientes para poupança. Estes depósitos requerem a constituição de reservas mínimas junto do Banco de Moçambique. Em 31 de Dezembro de 2025 o saldo apresenta-se como segue:

DEPÓSITOS DE CLIENTES	2025	2024
Depósitos à ordem obrigatórios	18 118 575	27 777 439
Depósitos à ordem voluntários	11 726 952	6 901 717
	29 845 527	34 679 156

14. Empréstimos

A rubrica de empréstimos apresenta o capital e os juros que o Futuro tem a pagar ao seu credores, em virtude de empréstimos contraídos.

EMPRÉSTIMOS DE ACCIONISTAS	2025	2024
Empréstimo Hollard (capital e juros)	63 245 000	94 875 000
Empréstimo IFAD (capital e juros)	886 987	1 239 753
Empréstimo Millennium BIM (capital e juros)	64 131 987	96 114 753
	133 937 129	48 031 159

Durante o ano de 2025 o Futuro liquidou parcialmente o empréstimo contraído junto do IFAD, com vista a reduzir os encargos com juros que impactam a margem financeira. Esta opção revelou-se como mais adequada na optimização da margem financeira, muito em resultado das dificuldades observadas na concessão de crédito, que condicionaram a aplicação do empréstimo em questão para efeitos de crescimento da carteira de crédito.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações financeiras

15. Outros passivos

O detalhe dos outros passivos em 31 de Dezembro de 2025 é como segue:

OUTROS PASSIVOS	2025	2024
Acréscimos de gastos	5 120 778	2 953 848
	5 120 778	2 953 848

Os acréscimos de gastos referem-se, essencialmente, a acréscimos de custos relacionados com a rubrica de pessoal (bónus, indemnizações), e serviços de auditoria.

O aumento de MT +2.166.930 observado durante o ano de 2025 resulta sobretudo do aumento de custos a pagar com indemnização de colaboradores.

16. Credores

O detalhe dos credores em 31 de Dezembro de 2025 é como segue:

CREDORES	2025	2024
Fundo de Garantia – Parceiros (Helvetas)	3 159 012	8 454 934
Passivos de locação financeira	3 221 536	5 668 799
Impostos	1 239 935	1 090 555
Cartão de crédito	123 773	33 320
Outros credores	1 533 257	2 538 419
	9 277 513	17 786 027

Nos Passivos de locação financeira encontram-se registados os montantes relacionados com a IFRS 16, renda de imóveis – escritório e armazém juntamente com os respectivos juros.

Os impostos contemplam as contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), bem como os impostos de rendimento relativos ao mês de Dezembro de 2025, a serem pagos ao Estado no mês de Janeiro de 2026.

A rubrica de Outros credores contabiliza sobretudo a obrigação de pagamento de prémios de seguros a Hollard, serviços de consultoria de TI, bem como fornecedores diversos.

17. Capital social

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2025 é como segue:

ACCIONISTAS	N.º ACCÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL	VALOR DO CAPITAL
Agência de Cooperação Suíça em Moçambique	98	63,64%	68 600 000
Hollard Moçambique Companhia de Seguros	54	35,06%	37 800 000
Futuro Mcb, S.A.	1	0,7%	700 000
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,7%	700 000
Total	154	100,00%	107 800 000

Em 2025, o capital social do Futuro manteve-se em MT 107.800.000, sendo a Agência de Cooperação Suíça em Moçambique o accionista maioritário com 63.64% de participação no capital, Hollard Moçambique Companhia de Seguros com 35.06% constituída no ano de 2020 e Futuro Mcb, S.A. e Eduardo A. Lucchesi Reis com o mesmo número de acções. A este montante, e por forma a totalizar o Capital Social, acresce o Prémio de Emissão no montante de MT 23.782.500, conforme detalhado na Demonstração das variações de capital próprio. Este prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição pago pela Hollard, e o valor nominal das acções do Futuro, no ano de 2020 (ano em que a Hollard entrou na estrutura accionista).

18. Reserva legal

Nos termos da Legislação em vigor em Moçambique, nomeadamente da Lei n.º 20/20 - Instituições de Crédito, o Futuro deverá reforçar anualmente a Reserva Legal em 30% dos lucros líquidos anuais, até que o montante na Reserva Legal atinja o montante do Capital Social.

Posteriormente, após o montante na Reserva Legal ser igual (ou superior) ao Capital Social, deverá ser alocada anualmente uma percentagem de 15% dos lucros líquidos anuais a esta Reserva.

RESERVAS	2025	2024
Reserva legal	7 493 037	5 073 550
	7 493 037	5 073 550

O aumento observado em 2025 na rubrica de Reserva Legal, no montante de MT +2.419.487, corresponde a 30% dos lucros obtidos no exercício anterior (de 2024), que ascenderam a cerca de MT 8.064.954.

19. Margem financeira

O detalhe da margem financeira foi como segue:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2025	2024
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	53 037 323	82 544 143
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	1 603 274	1 516 462
	54 640 597	84 060 605

JUROS E ENCARGOS SIMILARES	2025	2024
Juros sobre passivos com locação financeira	(792 738)	(1 220 808)
Juros sobre empréstimos	(4 432 199)	(8 878 643)
	(5 224 936)	(10 099 451)

Os proveitos de juros de empréstimos e adiantamentos a clientes apresentaram, no exercício de 2025, uma tendência de redução face ao observado em 2024, que reflecte sobretudo a contração da carteira de crédito a clientes (ver nota 10), bem como a redução observada na Prime Rate publicada pelo Banco de Moçambique.

Por sua vez, a redução de MT -4.874.515 (-48%) observada nos encargos com juros sobre empréstimos resulta sobretudo da liquidação parcial de Empréstimos em Passivo, contraídos junto do IFAD (ver nota 14).

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

20. Serviços e comissões líquidas

No período findo em 31 de Dezembro de 2025, o detalhe dos resultados de comissões foi como segue:

RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	2025	2024
Rendimentos de serviços e comissões	4 621 496	6 860 940
Rendimentos de comissões sobre atrasos	1 000 172	2 399 266
	5 621 668	9 260 206

ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	2025	2024
Encargos com serviços e comissões	(1 695 109)	(2 715 026)
	(1 695 109)	(2 715 026)
Serviços e Comissões Líquidas	3 926 559	6 545 180

Os Rendimentos de serviços e comissões registaram uma redução de -39,0%, sendo a mesma justificada parcialmente pela redução do volume de negócio e da carteira de crédito do Futuro. Adicionalmente, verificamos que, após revisão do preçário realizada em 2023, no presente exercício de 2025 as comissões administrativas anuais de crédito mantiveram-se em 3%.

Os Encargos com serviços e comissões registaram uma redução de -38% sobretudo por conta da redução das comissões administrativas do empréstimo obtido junto ao IFAD.

21. Operações financeiras líquidas

No período findo em 31 de Dezembro de 2025 o detalhe desta rubrica foi como segue:

OPERAÇÕES FINANCEIRAS LÍQUIDAS	2025	2024
Ganhos em operações cambiais	583 093	403 827
Perdas em operações cambiais	(735 432)	(456 916)
	(152 339)	(53 089)

As Operações financeiras líquidas contabilizam essencialmente os ganhos e perdas resultantes de reavaliações cambiais. O Futuro apresenta apenas alguns saldos em moeda estrangeira, sendo os mesmos sobretudo relativos a operações denominadas em Dólar Americano (USD).

O reduzido saldo da rubrica observado no presente exercício (tal como em 2024) reflecte a reduzida exposição cambial das operações do Banco, sendo que o Balanço é composto sobretudo por operações em moeda nacional.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

22. Outros rendimentos operacionais

Na data de elaboração das presentes demonstrações, os detalhes da rubrica de Outros rendimentos operacionais foi o seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2025	2024
Outros ganhos e rendimentos operacionais	6 209 760	4 150 840
Donativos	38 680 603	35 850 939
	44 890 363	40 001 779

O saldo de MT 6,2 milhões em “Outros ganhos e rendimentos operacionais” corresponde a proveitos associados à venda de imóveis recebidos em dação (MT 5,5 milhões).

O montante de MT 38.680.603 em Donativos resulta sobretudo de dois donativos feitos pela Agência de Cooperação Suíça em Moçambique (SDC) em 2025, no âmbito do apoio concedido ao Futuro para apoiar desenvolvimento e capacitação dos recursos e processos internos da Instituição, com vista a possibilitar o crescimento do negócio e os objectivos definidos no Plano Estratégico em vigor até 2027. O montante recebido por via desses dois donativos corresponde a USD 475 000 (MT 30 047 250), sendo destinado a Assistência Técnica para desenvolvimento organizacional e dos recursos humanos do Futuro. Em adição, foi contabilizado em 2025 um donativo recebido por via da Whole Foods, correspondente a cerca de USD 135 614 (aprox. MT 8 633 353).

23. Imparidade líquida do exercício

A rubrica de imparidade para o exercício findo 31 de Dezembro de 2025 teve o seguinte movimento:

IMPARIDADE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	2025	2024
Créditos vivos	(18 424 022)	(15 569 083)
Créditos vencidos	-	(2 428 099)
	(18 424 022)	(17 997 182)

O aumento imaterial cerca de MT 426.840 (+2%) observado na imparidade líquida do exercício em 2025 (quando comparado com 2024) reflecte o incremento de risco de crédito observado em 2025 (tal como em 2024), muito em resultado do contexto pós-eleições Presidenciais observado no País desde Outubro de 2024. O saldo de 2025 encontra-se em linha com o racional subjacente aos *write-offs* contabilizados no presente exercício sobre a carteira de crédito a clientes, conforme detalhado na nota 9.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

24. Gastos com pessoal

No período findo em 31 de Dezembro de 2025, o detalhe da rubrica Gastos com o pessoal foi o seguinte:

GASTOS COM PESSOAL	2025	2024
Remuneração dos colaboradores e gestores	(51 875 674)	(49 598 347)
Encargos sociais obrigatórios	(1 385 871)	(1 490 193)
Outros gastos com pessoal	(187 515)	(228 348)
	(53 449 060)	(51 316 888)

Com referência a 31 de Dezembro de 2025 o Futuro conta com um total de 77 colaboradores, o que reflecte uma redução de 9 colaboradores no exercício (versus 86 em 2024).

A Remuneração dos colaboradores e gestores registou em 2025 um crescimento de 4,6% (quando comparado com 2024), sobretudo em resultado de alguns custos com indemnizações a colaboradores, no âmbito de alinhamento da estrutura de pessoal e estratégia de redução de custos implementada após o contexto de protestos pós-eleitorais observado no País no final de 2024, que se alastrou ainda para 2025.

Os Encargos sociais obrigatórios correspondem à percentagem de cerca de 4% sobre a remuneração bruta dos colaboradores, a ser contabilizada pelo Futuro como custo com segurança social (custo pago mensalmente, no mês seguinte ao mês em que é incorrido). Deste modo, a variação observada encontra-se em linha com a variação da Remuneração dos colaboradores e gestores.

A rubrica “Outros gastos com pessoal” corresponde a 1% do salário anual bruto dos colaboradores que beneficiaram da assistência social e a outros gastos relacionados com o pessoal, nomeadamente subsídio de instalação e outros subsídios de trabalho.

25. Outros gastos administrativos

No período findo em 31 de Dezembro de 2025, o detalhe dos outros gastos administrativos é como segue:

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	2025	2024
Serviços de consultoria	(7 334 733)	(6 910 105)
Rendas e alugueres	(876 279)	(647 548)
Despesas com auditorias	(1 250 000)	(1 900 868)
Despesas de deslocação e representação	(4 190 592)	(5 397 314)
Seguros	(1 855 848)	(2 355 428)
Comunicação	(2 259 079)	(2 177 291)
Manutenção e reparação	(1 531 547)	(1 536 011)
Marketing e publicidade	(4 034 845)	(329 163)
Judiciais e notariado	(1 560 118)	(2 884 343)
Material de escritório	(677 098)	(736 354)
Água e energia	(1 174 896)	(1 309 591)
Combustíveis e lubrificantes	(489 995)	(461 005)
Outras despesas	(4 801 625)	(5 637 066)
	(32 036 654)	(32 282 087)

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

A rubrica de Outras despesas corresponde sobretudo a custos com formação de pessoal (no montante de MT 693 474), custos com aquisição de materiais e serviços de limpeza (MT 673 592) e serviços de segurança (no montante de MT 1 256 524) e outros custos administrativos, tendo os custos com serviços de segurança registado um aumento no exercício, em resultado das necessidades reforçadas de segurança no contexto de protestos pós-eleitorais ainda sentidos em 2025. Por sua vez, encontram-se ainda contabilizados alguns custos adicionais com outros serviços especializados (nomeadamente custos associados à implementação de melhorias na função de Gestão de Riscos do Futuro e na Matriz de Riscos, à actualização das Políticas e Procedimentos do Departamento de Operações e a serviços de Consultoria Fiscal).

Como parte dos esforços para fortalecer o relacionamento com os clientes e reforçar a resiliência da comunidade, o Futuro realizou um grande evento de divulgação em Nam-pula, no dia 15 de Março de 2025, reunindo mais de 900 clientes. O evento teve como objectivo manter a proximidade com os clientes em tempos de incerteza, bem como promover a resiliência financeira e reconstruir a confiança com os clientes. Este evento englobou palestras motivacionais sobre como superar adversidades, discussões sobre recuperação económica e o lançamento de uma associação empresarial liderada por clientes para apoiar a aprendizagem entre pares e a resposta colectiva à crise. O evento foi concluído com uma feira de negócios local, onde os clientes apresentaram os seus produtos e serviços, fomentando o networking e o estímulo à economia local. Este evento justificou em grande parte o aumento de MT 3 705 682 observado nos custos com “Marketing e publicidade”.

26. Outros gastos operacionais

A rubrica de outros gastos operacionais descreve-se conforme o quadro abaixo que inclui gastos com:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	2025	2024
Outros ganhos/(perdas)	(117 800)	(498 116)
Outros impostos	(451 227)	(623 148)
	(569 027)	(1 121 264)

A rubrica de Outras perdas contabiliza as quotas pagas à Associação Moçambicana de Operadores de Micro finanças (*AMOMIF*), no montante de cerca de MT 12 000. Em adição, contabiliza custos com registos de acções na BVM – Bolsa de Valores de Moçambique no presente exercício no montante de MT 107 800.

A rubrica de Outros impostos contabiliza o valor do imposto de selo proveniente da selagem de contratos de prestação de serviços e imposto de selo bancário.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

27. Imposto sobre o rendimento

A rubrica de imposto sobre o rendimento descreve-se conforme o quadro abaixo que inclui gastos com:

OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	2025	2024
Outros ganhos/(perdas)	(5 391 762)	5 391 762
Outros impostos	(12 747 423)	-
	(18 139 185)	5 391 762

27.1 Reconciliação do gasto com imposto corrente

O quadro seguinte apresenta reconciliação entre o lucro contabilístico e fiscal:

DECOMPOSIÇÃO DO IMPOSTO	2025	2024
Lucro/(Prejuízo) antes de impostos	(11 143 894)	13 456 716
Custos não dedutíveis	1 355 448	3 392 540
Rendimentos não tributáveis	(30 047 250)	-
Lucro/Prejuízo fiscal	(39 835 696)	16 849 257
IRPC à taxa Normal (32%)	-	5 391 762
Correcção do imposto do ano anterior	(5 391 762)	-

No ano de 2023 o Futuro atingiu pela terceira vez consecutiva um resultado fiscal positivo. Deste modo, e uma vez que dos prejuízos fiscais acumulados nos anos de 2017 a 2020 apenas restava por recuperar o montante de MT 172.143, o Futuro apurou IRPC a pagar relativo ao exercício de 2023 no montante de MT 3.576.872.

27.2 Movimentação do imposto

DECOMPOSIÇÃO DO IMPOSTO	2025	2024
Saldo em 1 de Janeiro	(2 454 755)	(3 576 872)
Imposto sobre rendimento do exercício	-	(5 391 762)
Reversões de impostos de exercícios anteriores	5 391 762	-
Pagamento de imposto do exercício anterior	2 454 755	3 576 872
Pagamento especial por conta (PEC)	100 000	100 000
Pagamento por conta	4 313 410	2 837 007
Imposto a pagar / (recuperar)	9 805 172	(2 454 755)

No ano de 2025, e ao contrário do observado em 2024, o Futuro encontra-se num cenário de resultado fiscal negativo. Em 2024, e apesar da existência do Acordo Internacional de Cooperação celebrado entre o Governo de Moçambique e o Governo da Confederação Suíça, aprovado pelo Conselho de Ministros e ratificado por meio da Resolução n.º 6/2024, de 2 de Fevereiro, o Futuro optou por não considerar o donativo recebido da SDC com isenção fiscal até a obtenção do parecer vinculativo da Autoridade Tributária.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

Importa salientar que, em 2025, o Futuro obteve confirmação da Autoridade Tributária relativamente ao tratamento fiscal, em sede de IRPC, dos Donativos recebidos por via da Agência de Cooperação Suíça em Moçambique (SDC), tendo sido confirmado que os mesmos se encontram isentos de tributação. Como tal, foi contabilizado no exercício, um proveito de cerca de MT 5,3 milhões correspondente ao custo com IRPC do exercício de 2024 que já tinha sido declarado e liquidado junto da Autoridade tributária.

27.3 Imposto diferido

	SALDO A 1 DE JANEIRO	RECONHECIDO NOS RESULTADOS	SALDO A 31 DE DEZEMBRO
2025			
Prejuízos fiscais	-	12 747 423	12 747 423
Activos por impostos diferidos	-	12 747 423	12 747 423

O microbanco estimou perdas fiscais em MT40 milhões de meticais para o exercício de 2025. Nos termos da legislação tributária em vigor desde 2003, as perdas acumuladas expiram ao fim de cinco anos. Pleo que, este montante poderá ser utilizado até 2030.

O microbanco estimou ainda que durante os próximos 5 anos irá recuperar a totalidade do imposto (MT 12 milhões) por dedução de prejuízos fiscais reportados, tendo constituído imposto diferido para o mesmo.

A Autoridade Tributária tem o direito de rever a situação fiscal do microbanco durante um período de até 5 anos. Isto pode resultar em ajustes devidos a diferenças na interpretação e/ou não cumprimento da legislação sobre as sociedades com imposto sobre

o valor acrescentado e sobre rendimentos de pessoas singulares. Porém, a gestão presume que eventuais ajustes às declarações de imposto, resultantes dessas revisões, não terão um impacto significativo sobre os resultados financeiros do presente relatório.

28. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2025 (e em 31 de Dezembro de 2024), os saldos com as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo.

PARTES RELACIONADAS	2025	2024
Capital social	107 800 000	107 800 000
Doações – Agência de Cooperação Suíça em Moçambique (SDC)	30 047 250	32 267 700
Juros de empréstimo de accionista (Hollard)	-	-
Contas a receber (Hollard)	2 709 543	2 959 179
Contas a pagar (Hollard)	(300 286)	(1 030 807)
Proveitos/encargos (Hollard)	253 769	1 849 245

29. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Futuro é considerado como sendo um elemento-chave da gestão do Futuro. Não obstante, o Conselho de Administração não auferiu nenhuma remuneração durante o período findo em 31 de Dezembro de 2025.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

30. Instrumentos financeiros

a. Classificação de instrumentos financeiros

ACTIVOS FINANCEIROS - 2025	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ACTIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	11 063 387	-	11 063 387
Disponibilidades em instituições de crédito	7	24 548 038	-	24 548 038
Aplicações em instituições de crédito	8	42 749 141	-	42 749 141
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	115 032 839	-	115 032 839
Outros activos	10	10 564 987	12 920 201	23 485 188
Total activos financeiros		203 958 392	12 920 201	216 878 593

PASSIVOS FINANCEIROS - 2025	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Depósitos de clientes	13	(29 845 527)	-	(29 845 527)
Empréstimos	14	(64 131 987)	-	(64 131 987)
Outros passivos / Credores	15 e 16	(5 120 778)	(9 277 513)	(14 398 291)

Total passivos financeiros	(99 098 292)	(9 277 513)	(108 375 804)
-----------------------------------	---------------------	--------------------	----------------------

ACTIVOS FINANCEIROS - 2024	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ACTIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	15 665 774	-	15 665 774
Disponibilidades em instituições de crédito	7	14 574 424	-	14 574 424
Aplicações em instituições de crédito	8	55 519 250	-	55 519 250
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	188 429 061	-	188 429 061
Outros activos	10	10 853 744	3 295 885	14 149 629
Total activos financeiros		285 042 253	3 295 885	288 338 138

PASSIVOS FINANCEIROS - 2024	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Depósitos de clientes	14	(34 679 156)	-	(34 679 156)
Empréstimos	15	(96 114 753)	-	(96 114 753)
Outros passivos / Credores	16 e 17	(2 953 848)	(17 786 02)	(20 739 875)
Total passivos financeiros		(133,747,757)	(17 786 02)	(151 533 784)

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

b. Instrumentos financeiros ao justo valor

O Futuro não tem na sua demonstração de posição financeira nenhum instrumento financeiro mensurado pelo justo valor. A Administração considera que a diferença entre a quantia escriturada e o justo valor dos instrumentos financeiros acima é imaterial e que a quantia escriturada é razoável e aproximada do justo valor (uma vez que estes instrumentos financeiros são de curto prazo).

31. Gestão de risco, objectivos e políticas

Introdução

A gestão do risco é parte essencial para o sucesso do Futuro, desempenhando um papel importante na gestão e permitindo operar mais eficazmente num ambiente em constante mudança. A gestão do risco tem vindo a desenvolver-se, sendo actualmente uma das actividades diárias do Futuro, enquanto aspecto vital para a avaliação de estratégias alternativas e de fixação de objectivos, dentro de uma estrutura de gestão que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Futuro. Assumir riscos de forma apropriada é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Futuro pode sofrer devido a perdas financeiras se os seus clientes ou contrapartes do mercado falharem em honrar os compromissos com o Futuro.

As contrapartes podem incluir os clientes, o Governo, Bancos e outras Instituições Financeiras e não Financeiras. O Futuro tem as suas políticas, procedimentos e processos através dos quais controla e monitoriza o risco de todas as actividades.

A exposição ao crédito surge maioritariamente pela via da existência de crédito a clientes. No entanto, o Futuro pode ser exposto a outros riscos de crédito, nomeadamente os que dizem respeito a compromissos e outros que ocorram no decurso das actividades operacionais. Estes riscos são geridos de forma semelhante e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo do risco que surge por via da existência de crédito a clientes.

O objectivo primordial das operações de crédito do Futuro é a geração de rendimentos e a satisfação das necessidades de crédito dos clientes. Como forma de garantir o máximo de eficácia na realização dos seus objectivos, a estratégia do Futuro apresenta uma forte orientação para os clientes, aliada a elementos de capacitação e controlo do risco de crédito.

O relacionamento com o cliente tem como base equipas de “Oficiais de Clientes”, compostas por um líder de equipa e elementos denominados como “*controllers* operacionais”. Estas equipas actuam como o elo de ligação fundamental do Futuro com os seus clientes que podem ser classificados como “Grupo” (grupos organizados) ou como “Individuais” (clientes empresários individuais).

Os controlos operacionais são elementos fundamentais para prevenir e mitigar os riscos comuns a que o Futuro está exposto. Os mecanismos de controlo das operações consistem sobretudo em solicitar aos colaboradores e clientes, de forma frequente, um ponto de situação sobre as suas operações e actividades de modo a:

- Identificar acontecimentos fora do comum ou desvios, com a maior brevidade possível;
- Entender as razões dessas ocorrências; e

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

- Propor soluções para fazer face a estas questões.

O Comité de Crédito é o Órgão responsável pela tomada de decisões de aprovação ou rejeição de pedidos de empréstimo.

É função do Comité de Crédito aumentar a sua participação no processo de tomada de decisão e criar um elevado nível de responsabilidade entre os colaboradores envolvidos na atribuição e acompanhamento dos créditos a clientes. Esta responsabilidade é fundamental para a qualidade da carteira de crédito. O Comité de Crédito, com a função de decisão e monitorização, é composto por colaboradores experientes e fidedignos contribuindo para uma eficiência organizacional e tomada de decisão atempada tendo por base as necessidades do cliente e as políticas de risco do Futuro.

Exposição máxima ao risco de crédito por classes de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada.

As tabelas abaixo demonstram a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2025 (e em 31 de Dezembro de 2024), relativamente ao risco de crédito no balanço.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVO A ELEMENTOS DO BALANÇO	2025	2024
Caixa e disponibilidades em Banco Central	11 063 387	15 665 774
Disponibilidades em instituições de crédito	24 548 038	14 574 424
Aplicações em instituições de crédito	42 749 141	55 519 250
Empréstimo e adiantamento a clientes	115 032 839	188 429 061
Outros activos	10 564 987	10 853 744
Total do activo na demonstração da posição	203 958 392	285 042 253

Na tabela abaixo encontra-se detalhada a exposição máxima ao risco de crédito dos Empréstimos e adiantamentos a clientes com referência a 31 de Dezembro de 2025:

RISCO DE CRÉDITO	2025	2024
Crédito individual	88 536 507	151 980 488
Crédito em grupo	3 553 679	671 006
Créditos reestruturados	21 773 057	32 705 931
Especialização de juros	1 169 596	3 071 636
Total exposição bruta de crédito (nota 9)	115 032 839	188 429 061
Fundo de garantia	(18 118 575)	(27 777 439)
Outros de garantia (hipotecas)	45 688 418	(48 600 000)
Perdas de créditos esperadas (nota 9)	(14 006 948)	(26 847 711)
Elementos a deduzir ao risco de crédito	13 562 895	(103 225 150)
Exposição ao risco de crédito	128 595 733	85 203 911

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações financeiras

Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

	2025				2024
QUALIDADE DO CRÉDITO	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	TOTAL	TOTAL
Crédito vivo	96 109 095	3 963 011	-	100 072 106	141 648 609
Não vencido	96 109 095	3 963 011	-	100 072 106	141 648 609
Em imparidade					
Crédito vencido	-	-	14 960 733	14 960 733	46 780 452
Em imparidade	-	-	14 960 733	14 960 733	46 780 452
Saldo final a 31 de Dezembro	96 109 095	3 963 011	14 960 733	115 032 839	188 429 061

Activos financeiros que não estão vencidos

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimento não relevante, estando com um total de dias de atraso inferior a 90 dias.

Activos financeiros avaliados quanto à imparidade

Os critérios que o Futuro utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Incumprimentos contratuais, tais como o incumprimento das prestações acordadas;
- Existência de fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou vai sofrer uma reestruturação financeira;

- Desaparecimento de um mercado viável para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando uma diminuição considerável dos fluxos de caixa Futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos (apesar de tal decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira), incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - iii. Depreciação do valor do colateral; e
 - iv. Deterioração da posição do cliente;

A política de crédito do Futuro define incumprimento de um determinado cliente quando ocorrem os seguintes eventos:

- O Futuro considera que é pouco provável que o cliente venha a pagar a sua obrigação de crédito na íntegra sem que tenha de exercer a sua opção sobre o eventual colateral;
- Se a outra parte entrar em incumprimento com qualquer condição do contrato.

Deste modo, o Futuro avalia inicialmente se existem indicadores objectivos de imparidade, que reflectam um incremento do risco de crédito, tendo em consideração os critérios acima descritos. Posteriormente, o cálculo da perda de crédito esperada (ECL – *Expected Credit Loss*) é feito em conformidade com o descrito na nota 2.2.5 – Imparidade de activos financeiros).

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

Créditos abatidos ao activo

O Futuro estabelece, através de um custo que reduz o resultado do exercício, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes aos saldos de clientes e outras contas a receber. Depois de identificar um adiantamento como reduzido, e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui que não há uma perspectiva realista para uma futura recuperação e o abate irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável, e não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou a totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos de recuperação tenham sido concluídos e o montante das perdas tenha sido determinado. As recupera-

ções subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral.

Concentração de risco de crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de clientes que esteja ligado a actividades semelhantes, ou apresentem características económicas similares, se encontra numa situação em que uma mesma adversidade poderá pôr em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais.

Na data do relatório, não se verificavam concentrações significativas de risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro na demonstração da posição financeira.

2025	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	9 818 977	-	-	-	9 818 977
Financeiro	-	24 548 038	42 749 141	-	67 297 179
Outros sectores	-	-	-	115 032 839	115 032 839
	9 818 977	24 548 038	42 749 141	115 032 839	192 148 995

2024	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	14 595 665	-	-	-	14,595,665
Financeiro	-	14 574 424	55 519 250	-	70 093 674
Outros sectores	-	-	-	188 429 061	188 429 061
	14 595 665	14 574 424	55 519 250	188 429 061	273 118 400

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Futuro ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento aquando dos vencimentos em circunstâncias normais e de pressão. O Futuro mantém uma carteira de activos com bastante liquidez que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

O Futuro estabeleceu linhas de crédito com o grupo a que pertence, a fim de obter liquidez caso seja necessário. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em considera-

ção uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral como para o Futuro em particular. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores de caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos com os empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Análise dos activos e passivos financeiros por maturidade contratual

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Futuro em 31 de Dezembro de 2025 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2024).

2025	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11 063 387	-	-	-	11 063 387
Disponibilidades em instituições de crédito	24 548 038	-	-	-	24 548 038
Aplicações em instituições de crédito	-	-	42 749 141	-	42 749 141
Crédito a clientes	14 449 381	8 687 390	71 570 763	20 564 987	115 032 839
Outros activos (juros especializados)	-	-	-	10 564 987	10 564 987
Total activos não descontados	50 060 806	8 687 390	114 319 904	30 890 292	203 958 392
Recursos de clientes	(11 726 952)	-	(18 118 575)	-	(29 845 527)
Empréstimos	-	-	-	(64 131 987)	(64 131 987)
Outros passivos	-	(5 120 778)	-	-	(5 120 778)
Total passivos não descontados	(11 726 952)	(5 120 778)	(18 118 575)	(64 131 987)	(99 098 292)
Total Líquido	38 333 854	(3 566 612)	96 201 329	(33 241 695)	104 860 100

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

2024	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15 665 774	-	-	-	15 665 774
Disponibilidades em instituições de crédito	14 574 424	-	55 519 250	-	70 093 674
Crédito a clientes	2 847 828	34 272 689	53 129 329	98 179 215	188 429 061
Outros activos (juros especializados)	-	-	-	10 853 745	10 853 745
Total activos não descontados	33 088 026	34 272 689	108 648 579	109 032 960	285 042 254
Recursos de clientes	(6 901 717)	-	(27 777 439)	-	(34 679 156)
Empréstimos	-	-	-	(96 114 753)	(96 114 753)
Outros passivos	-	(2 953 848)	-	-	(2 953 848)
Total passivos não descontados	(6 901 717)	(2 953 848)	(27 777 439)	(96 114 753)	(133 747 757)
Total Líquido	26 186 309	31 818 841	80 871 140	12 918 207	151 294 497

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros variem devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de câmbio e cotações.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações nas taxas de juro com impacto nos fluxos de caixa ou no justo valor dos instrumentos financeiros.

O Futuro monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado na sua posição financeira e fluxos de caixa. As margens financeiras

podem aumentar em resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou originar perdas caso ocorram movimentos não previstos. A Administração estabelece os limites sobre o grau de variação das taxas de juro, sendo os mesmos controlados numa base diária.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem os saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, o crédito a clientes e outros activos.

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

As tabelas seguintes resumem a exposição do Futuro à taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2025 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2024). Os activos e passivos incluídos nas tabelas abaixo encontram-se mensurados pela quantia escriturada e categorizados pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade.

RISCO DE MERCADO 2025	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-	11 063 387	11 063 387
Disponibilidades em inst. de crédito	-	-	-	24 548 038	24 548 038
Aplicações em inst. de crédito	-	42 749 141	-	-	42 749 141
Crédito a clientes	23 136 771	71 570 763	20 325 305	-	115 032 839
Outros activos	-	-	-	10 564 987	10 564 987
Total activos	23 136 771	114 319 904	20 325 305	46 176 412	203 958 392
Passivos financeiros					
Recursos de clientes	-	-	-	(29 845 527)	(29 845 527)
Empréstimos	-	-	(64 131 987)	-	(64 131 987)
Outros passivos	-	-	-	(5 120 778)	(5 120 778)
Total passivos	-	-	(64 131 987)	(34 966 305)	(99 098 292)
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	-	114 319 904	(43 806 682)	11 210 107	104 860 100

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

RISCO DE MERCADO 2024	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	-	-	-	15 665 774	15 665 774
Disponibilidades em inst. de crédito	-	55 519 250	-	14 574 424	70 093 674
Crédito a clientes	37 120 517	53 129 329	98 179 215	-	188 429 061
Outros activos	-	-	-	10 853 745	10 853 745
Total activos	37 120 517	108 648 579	98 179 215	41 093 943	285 042 254
Passivos financeiros					
Recursos de clientes	-	-	-	(34 679 156)	(34 679 156)
Empréstimos	-	-	(96 114 753)	-	(96 114 753)
Outros passivos	-	-	-	(2 953 848)	(2 953 848)
Total passivos	-	-	(96 114 753)	(37 633 004)	(133 747 757)
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	37 120 517	108 648 579	2 064 462	3 460 939	151 294 497

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2025 (e a 31 de Dezembro de 2024) é a seguinte:

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2024	+75 pb	+ 1 664 273
	-75 pb	- 1 664 273
2025	+75 pb	+ 2,550,473
	-75 pb	- 2 550 473

d. Risco cambial

O Futuro toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. Nas tabelas abaixo encontram-se detalhados os activos e passivos financeiros expostos a Risco Cambial com referência a 31 de Dezembro de 2025 (e o comparativo a 31 de Dezembro de 2024).

RISCO CAMBIAL 2025	MT	USD	TOTAL
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	10 489 137	574 250	11 063 317
Disponibilidades em instituições de crédito	15 426 469	9 121 569	24 548 038
Aplicações em instituições de crédito	1 200 000	41 549 141	42 149 141
Crédito a clientes	115 032 839	-	115 032 839
Outros activos	10 564 987	-	10 564 987
Total activos	152 713 432	51 244 960	203 958 392
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	(29 845 527)	-	(29 845 527)
Empréstimos	-	(64 131 987)	(64 131 987)
Outros Passivos	(5 120 778)	-	(5 120 778)
Total de passivos	(34 966 305)	(64 131 987)	(99 098 292)
Exposição líquida	117 747 127	(12 887 027)	104 860 100

RISCO CAMBIAL 2024	MT	USD	TOTAL
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	14 487 520	634 513	15 122 033
Disponibilidades em instituições de crédito	15 174 424	54 320 901	69 495 325
Crédito a clientes	188 429 061	-	188 429 061
Outros activos	10 853 845	-	10 853 845
Total activos	228 944 850	54 955 414	283 900 264
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	(34 679 156)	-	(34 679 156)
Passivos de locação	(96 114 753)	-	(96 114 753)
Outros passivos	(2 931 932)	-	(2 931 932)
Total de passivos	(133 725 841)	-	(133 725 841)
Exposição líquida	95 219 009	54 955 414	150 174 423

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração do rendimento integral do exercício (antes de imposto) é o mesmo que em capital.

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	ALTERAÇÕES NA TAXA DE CÂMBIOS DE USD	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2024	+75 pb	-0,05%	- 484 791
	-75 pb	0,05%	+ 484 791
2025	+75 pb	-0,05%	- 2 747 771
	-75 pb	0,05%	+ 2 747 771

e. Risco operacional

O risco operacional é o risco decorrente de falhas de sistemas, processos, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Futuro, implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Futuro, através de um quadro de controlo e de vigilância, procura responder aos riscos potenciais e gerir e controlar os principais riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acessos, autorizações e procedimentos de reconciliação, formação de pessoal e processos de avaliação.

f. Gestão de capital

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Futuro:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte estrutura de capital, que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades; e
- Salvaguarde a capacidade do Futuro em termos de continuidade das suas operações, de forma a continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados.

O Futuro cumpre integralmente com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE	2025	2024
De base principal (Tier 1)	129 813 587	119 640 267
De base (Tier 1)	128 520 240	116 946 760
Risco de crédito	140 184 144	180 857 331
Risco Operacional	15 692 609	15 036 744
Total de Risco	155 876 754	195 894 075
Rácio de adequação - fundos próprios de base (Tier 1)	83,28%	61,07%
Tier Capital I	82,45%	59,70%
Rácio Global	82,45%	59,70%

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

32. Eventos subsequentes

O Futuro avalia os eventos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data de balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas.

Assim, o Futuro pode identificar dois tipos de eventos:

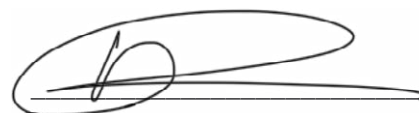
- a. Os que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e
- b. Os que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de Balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Após a data de balanço (31 de Dezembro de 2025) não foram identificados eventos subsequentes a divulgar, à luz da IAS 10 – Eventos Subsequentes



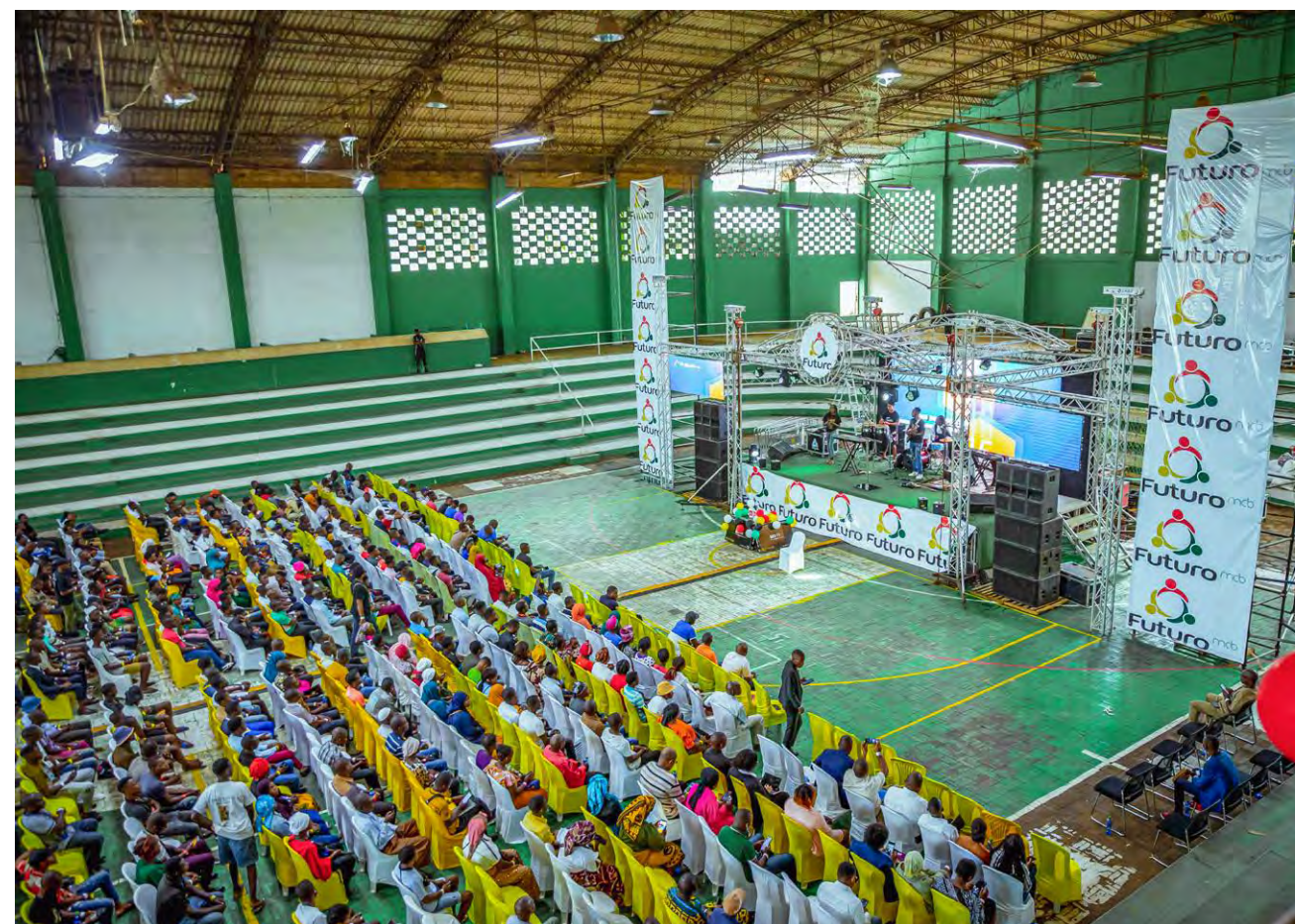
Nazir Ismail

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração



1. Mensagem
do Conselho
de Administração

2. Enquadramento
da actividade

3. Enquadramento
da Gestão de Risco

4. Enquadramento
Macroeconómico

5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

6. Relatório
do Auditor
Independente

7. Demonstrações
Financeiras

MODELO III
Balanço - Contas Individuais (Activo)

RUBRICAS	DEZ/25				DEZ/24	
	NOTAS / QUADROS	VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO		
Activo						
10 + 3300		Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	11 063 387	11 063 387	15 665 774
11 + 3301		Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	24 548 038	24 548 038	14 574 424
153 (1) + 158 (1) + 16		Activos financeiros detidos para negociação		0	0	0
153 (1) + 158 (1) + 17		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)		Activos financeiros disponíveis para venda		0	0	0
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) +				0		
3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 -		Aplicações em instituições de crédito	9	42 738 250	42 738 250	55 519 250
5210 (1) - 5300				0		
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 +				0		
3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210		Crédito a Clientes	10	115 032 839	14 006 947	101 025 891
- 35211 - 5210 (1) -				0		
53010 - 53018				0		
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 +				0		
3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210		Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0
(1) - 5303				0		
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 +				0		
3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 -		Activos com acordo de recompra		0	0	0
5210 (1) - 5308 (1)				0		
21		Derivados de cobertura		0	0	0
25 - 3580		Activos não correntes detidas para venda		10 454 544	10 454 544	7 202 632
26 - 3581 (1) - 360 (1)		Propriedades de investimento		0	0	0
27 - 3581 (1) - 360 (1)		Outros activos tangíveis	12	39 770 750	26 249 122	13 521 628
29 - 3583 - 361		Activos intangíveis	13	1 869 438	576 092	1 293 346
24 - 357		Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0
300		Activos por impostos correntes		9 805 172	9 805 172	0
301		Activos por impostos diferidos		0	0	0
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32				0		
+ 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 +		Outros Activos	11	13 041 533	13 041 533	6 946 996
3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50				0		
(1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54				0		
(1) (3)				0		
		Total de activos		268 323 951	40 832 161	227 491 791
						278 856 658

 1. Mensagem
do Conselho
de Administração

 2. Enquadramento
da actividade

 3. Enquadramento
da Gestão de Risco

 4. Enquadramento
Macroeconómico

 5. Proposta
de Aplicação
de Resultados

 6. Relatório
do Auditor
Independente

 7. Demonstrações
Financeiras

MODELO III (PASSIVO)

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

RUBRICAS		NOTAS / QUADROS	DEZ/25	DEZ/24
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		0	0
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		0	0
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		0	0
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	14	93 977 514	130 793 909
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos		0	0
44	Derivados de cobertura		0	0
45	Passivos não correntes detidas para venda e operações descontinuadas		0	0
47	Provisões	16	5 120 778	2 942 890
490	Passivos por impostos correntes		0	0
491	Passivos por impostos diferidos		0	0
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		0	0
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		0	0
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	16	9 277 513	17 786 027
	Total de Passivo		108 375 804	153 988 539
	Capital			
55	Capital	17	107 800 000	107 800 000
602	Prémios de emissão	17	23 782 500	23 782 500
57	Outros instrumentos de capital		0	0
-56	(Acções próprias)		0	0
58 + 59	Reservas de reavaliação		0	0
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		-6 714 381	-14 779 336
64	Resultado do exercício		-5 752 133	8 064 954
-63	(Dividendos antecipados)		0	0
	Total de Capital		119 115 986	124 868 119
	Total de Passivo + Capital		227 491 791	278 856 658

MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Demonstração de Resultados)

RUBRICAS		NOTAS / QUADROS	DEZ/25	DEZ/24
79 + 81	Juros e rendimentos similares	18	59 214 991	84 060 605
66 + 67	Juros e encargos similares		-5 224 936	-10 099 451
	Margem financeira		53 990 055	73 961 154
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
80	Rendimentos com serviços e comissões	19	1 047 274	9 260 205
68	Encargos com serviços e comissões	19	-1 695 109	-2 715 026
- 62 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698				
- 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 836 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830				
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726	Resultados de reavaliação cambial	20	-100 024	-53 089
(1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1)	Resultados de alienação de outros activos	21	-7 013	235 883
+ 844 (1)				
-695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	21	49 667 796	38 644 633
	Produto bancário		102 902 978	119 333 760
70	Custos com pessoal	22	53 449 060	51 316 888
71	Gastos gerais administrativos	23	32 036 654	32 282 087
77	Amortizações do exercício	12, 13	4 745 375	4 280 887
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		0	0
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	24	18 424 022	17 997 182
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	Resultados antes de impostos		-5 752 133	13 456 716
65	Impostos Correntes Diferidos	24	0	5 391 762
74 - 86	Diferidos		0	0
640	Resultados após impostos		-5 752 133	8 064 954
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

DESCRIÇÃO	INDICADOR	
	2025	2024
CAPITAL		
Rácio de Alavancagem	58.6%	46.7%
Rácio de Solvabilidade	82.5%	60.9%
Tier 1 Capital	83.32%	61.07%
QUALIDADE DE ACTIVOS		
Rácio de Crédito Vencido Até 90 dias	24.3%	27.4%
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	11.4%	10.7%
Rácio de Cobertura do NPL	68.3%	80.5%
GESTAO		
Custo de Estrutura	108.65%	88.83%
Custo de Funcionamento	86.88%	69.40%
Rácio de Eficiência	899	1,516
RESULTADOS		
Rácio da Margem Financeira	54.8%	52.1%
Rendibilidade do Activo (ROA)	-3.8%	4.8%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	-7.0%	4.3%
LIQUIDEZ		
Rácio de Activos Líquidos	95.9%	93.7%
Rácio de Transformação	385.4%	543.3%
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	198.9%	174.2%

1. Mensagem do Conselho de Administração

2. Enquadramento da actividade

3. Enquadramento da Gestão de Risco

4. Enquadramento Macroeconómico

5. Proposta de Aplicação de Resultados

6. Relatório do Auditor Independente

7. Demonstrações Financeiras

Parecer do Fiscal Único



Audidores, SA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do Futuro MCB, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos conferiram em Assembleia Geral Ordinária de 28 de Abril de 2025, apresentamos o Relatório e Parecer sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no Futuro MCB, S.A. ("Futuro"), relativamente às Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Futuro.

Relatório

No decurso do exercício acompanhámos com periodicidade e extensão que considerámos adequada, a actividade do Futuro e verificámos a regularidade da escrituração contabilística, da respectiva documentação, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Futuro as informações e os esclarecimentos solicitados sobre o negócio bem como sobre outras matérias de natureza contabilística, financeira, controlo interno e de gestão de riscos.

No exercício das nossas funções, contámos com a colaboração do Auditor Independente, PricewaterhouseCoopers – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda., com o qual mantivemos contactos no âmbito da sua auditoria às demonstrações financeiras do exercício em referência.

Examinámos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2025, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos, tendo concluído que os mesmos se apresentam de forma apropriada, satisfazem os requisitos legais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Futuro bem como os resultados das operações. Os princípios contabilísticos e critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

Apreciámos o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor e evidencia os aspectos mais significativos sobre a conjuntura económica global e a situação política e socioeconómica do país em particular, destacando a recessão económica verificada no primeiro trimestre de 2025, bem como a contração da procura agregada, como consequência das incertezas originadas pelas convulsões sociais do período pós-eleitoral.



Audidores, SA

Estes acontecimentos, aliados à redução das taxas de juro de referência do mercado, no contexto da política monetária do Banco de Moçambique para o estímulo do crescimento económico, tiveram efeito adverso no desempenho financeiro do Futuro. Como resposta, o Conselho de Administração reforçou as medidas estratégicas de notação do crédito para reduzir a exposição aos riscos subjacentes.

Por outro lado, a redução dos coeficientes das reservas obrigatórias, designadamente de 39% para 29% nos depósitos em moeda nacional e 39,5% para 29,5% nos depósitos em moeda estrangeira, permitiu aumentar a liquidez do Futuro, apesar de contrariada pela diminuição da procura, conforme acima referido. Como consequência dos acontecimentos acima descritos, o resultado antes de impostos apresenta-se negativo em 11.143.894 Meticais, tendo sido alcançado um resultado líquido do exercício positivo de 6.995.291 Meticais, pelo efeito da quantia de 18.139.185 Meticais de impostos diferidos referentes aos prejuízos fiscais dedutíveis contra benefícios económicos tributáveis no futuro. Assim, a proposta da aplicação prevê que 30% seja destinado ao reforço da reserva legal (2.098.587 Meticais) e o remanescente (4.896.704 Meticais) para resultados transitados. Foi verificada a sua conformidade com os requisitos legais e regulamentares, com especial destaque ao disposto no artigo 82, nº 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Adicionalmente, procedemos à apreciação do Relatório do Auditor Independente sobre a auditoria às demonstrações financeiras do Futuro referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, preparadas pela Administração em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), cujo âmbito e opinião expressa mereceram a nossa consideração.

Parecer

Tendo em consideração os procedimentos expostos acima, e face às informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços do Futuro, bem como as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer favorável à:

- i) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;
- ii) Aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração; e
- iii) Aprovação da proposta de aplicação do resultado apresentada pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único

Maputo, 30 de Março de 2026

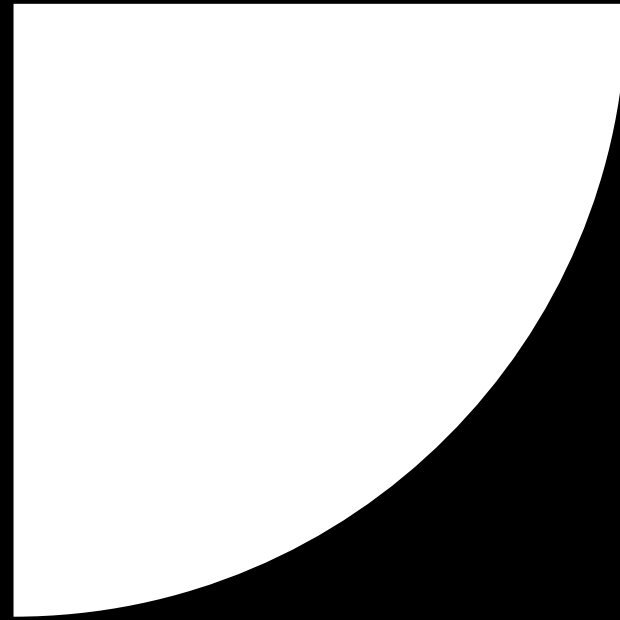
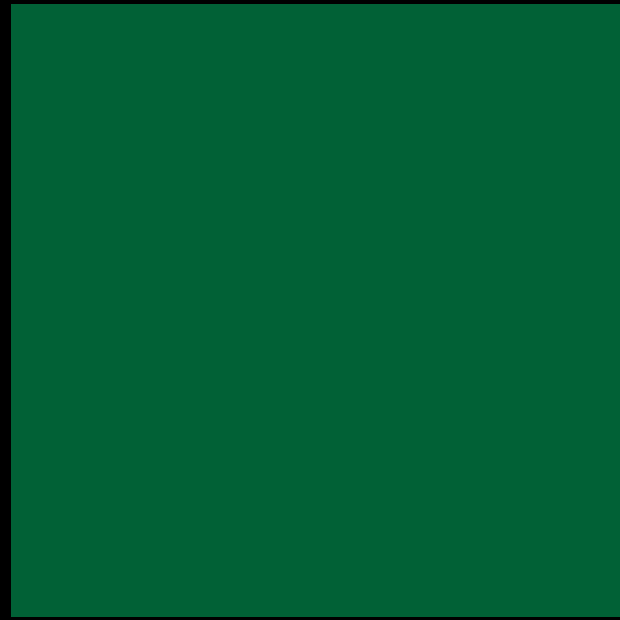
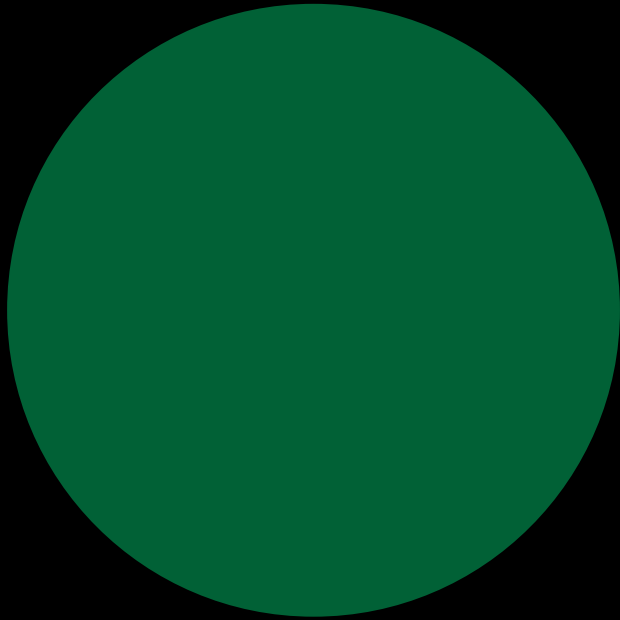
I2A Auditores, S.A.

Representado por:

Ismael Faquir

Managing Partner





Estrada Nacional 8
Bairro de Namutequeliua - Nampula

+ 258 84 314 0799
contato@futuromcb.com

